

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM PSICOLOGIA

LUSINEIDE FERREIRA MARTINS

**FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL INFANTIL EM ATENDIMENTOS DE PSICOLOGIA
JURÍDICA**

CAMPO GRANDE – MS

2016

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM PSICOLOGIA

LUSINEIDE FERREIRA MARTINS

**FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL INFANTIL EM ATENDIMENTOS DE PSICOLOGIA
JURÍDICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial de avaliação de conclusão de curso, para obtenção do título Mestre em Psicologia, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Sonia Grubits.

CAMPO GRANDE – MS

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

M386f Martins, Lusineide Ferreira

Fatores de risco e proteção da violência sexual infantil em
atendimentos de psicologia jurídica / Lusineide Ferreira Martins;
orientadora Sonia Grubits.-- 2016.

104 f. + anexos


Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom
Bosco, Campo Grande, 2016.

1. Psicologia jurídica 2. Teoria bioecológica 3. Violência sexual
infantil 4. Serviço Escola de Psicologia I. Grubits, Sonia II. Título


CDD – 614.15

A dissertação apresentada por **LUSINEIDE FERREIRA MARTINS**, intitulada “**FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL EM ATENDIMENTOS DE PSICOLOGIA JURÍDICA**”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi.....


BANCA EXAMINADORA




Prof. Dra. Sonia Grubits - UCDB (orientadora)



Prof. Dra. Marília Martins Vizzotto – UMESP



Prof. Dra. Heloisa Bruna Grubits - UCDB



Prof. Dra. Luciane Pinho de Almeida - UCDB

Campo Grande-MS, 19 de dezembro de 2016.

Dedico este trabalho à minha família, por estar sempre presente em minha vida. Ao meu filho e esposo pela compreensão de minha ausência neste período. Aos amigos que me apoiaram nesta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus que esteve presente em cada momento da minha vida, me fortalecendo nos momentos difíceis, a fim de que eu conseguisse superar todos os desafios durante esse período, e foram inúmeros, obrigado Pai por me carregar no colo, quando não pude caminhar.

Claro não poderia deixar de agradecer aos meus pais, sempre presentes em todos os momentos de minha vida com seu carinho e amor, a vocês devo tudo o que sou.

Aos meus dois amores, meu filho Rafael e meu companheiro de mais de uma década Raymundo, muito obrigada pela compreensão de vocês neste período, em que tive que abandoná-los um pouquinho, mas foram companheiros maravilhosos, amorosos e essenciais.

Meus irmãos e sobrinhos, principalmente a minha irmã Cândida que sempre foi uma segunda mãe, um presente em minha vida, me ensina muito em todos os momentos, tenho muito a aprender com você, grata por sua presença e força em minha vida.

À minha orientadora, professora doutora Sonia Grubits, pelas orientações e todo o aprendizado nestes anos de dedicação, estudos e produtividade.

Às Prof^a Dr^a Marília Martins Vizzoto, Prof^a Dr^a Luciane Pinho e Prof^a Dr^a Heloisa Grubits, obrigada por aceitarem o convite de compor esta banca de defesa. À professora Katia agradeço o apoio, e auxílio. À Luciana Fukuhara por todo o auxílio prestado, dedicação e paciência comigo e com os demais colegas.

Agradeço também aos coordenadores do serviço escola de psicologia Eva e Renan que autorizaram e possibilitaram a realização da pesquisa que culminou nesta dissertação, aos funcionários e estagiários do setor que sempre foram muito atenciosos e colaborativos.

A todos os professores que muito contribuíram nesse processo de aprendizagem, com a paciência e a amorevolezza de Dom Bosco.

Agradeço ao grupo de cursinho pelas vivências e partilhas, apoio e amizades que levarei para toda a vida.

Aos meus amigos e amigas, em especial à Suzana e Fernando que com seu carinho, dedicação e amizade contribuíram para suavizar esta etapa do caminho, sempre com palavras de incentivo e amparo.

Às amigas que fiz na faculdade e levarei para a vida toda: Denísia, Katiuce e Nadiely, pela força, amizade, dedicação e companheirismo desde o primeiro ano de faculdade.

Enfim agradeço a todos que contribuíram para suavizar e atenuar a caminhada em mais esta etapa da minha vida, sem vocês não teria conseguido.

A todos, meu muito Obrigado!

*“Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos;
Nossa inteligência, emperdenidos e cruéis.
Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.
Mais do que máquinas,
Precisamos de humanidade.
Mais do que de inteligência,
Precisamos de afeição e doçura.
Sem essas duas virtudes,
a vida será de violência e tudo será perdido”.*

Charles Chaplin

RESUMO

A violência sexual infantil é um fenômeno universal e silencioso, ultrapassando fronteiras e limites culturais, ideológicos e sociais, constituem-se em um problema nos mais variados campos do saber, dentre estes, nas áreas da saúde, social e jurídica. O abuso sexual infantil pode ocasionar sérias alterações ao desenvolvimento da criança, tais como déficits cognitivos, comportamentais e emocionais para a vítima. A Teoria Bioecológica possibilita ferramentas de análise ao fenômeno da violência sexual infantil na medida em que a compreende como um processo, que se desenvolve em um ou mais contextos, observando aspectos temporais e tendo o sujeito como protagonista ativo em suas relações. O objetivo desta dissertação é analisar os fatores de risco e de proteção das crianças vítimas de violência sexual atendidas nos atendimentos de Psicologia Jurídica de um Serviço Escola de Psicologia. Trata-se de uma pesquisa documental de cunho qualitativo, realizada no serviço escola de psicologia, tendo como fonte de dados os encaminhamentos dos setores demandantes e os laudos encaminhados por estagiários de psicologia jurídica. O critério de seleção dos documentos foram: crianças com até 12 anos incompletos e com queixa de violência sexual atendidas pelos estagiários de psicologia jurídica, compreendendo o período de 2010 a junho de 2016. Nos resultados observou-se que o perfil das crianças atendidas é predominante o sexo feminino, com até 10 anos de idade, tendo como abusador um membro da família nuclear e de encaminhamentos advindos do Conselho Tutelar Norte. Observou-se uma maior presença de fatores de risco do que fatores de proteção. Sobretudo, verificou-se uma escassez de fatores de proteção no microssistema família nuclear. Isto aponta para a necessidade de uma rede de proteção para que atue de forma articulada, que fortaleça o apoio social às famílias das vítimas de violência sexual.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Teoria Bioecológica; 2. Violência Sexual Infantil; 3. Psicologia Jurídica; 4. Serviço Escola de Psicologia.

ABSTRACT

Child sexual violence is a universal and silent phenomenon, crossing borders and cultural, ideological and social boundaries, constitute a problem in many fields of saber, among these, in the areas of health, social and legal. Sexual abuse can lead to changes in the child's development, such as cognitive, behavioral, and emotional deficits for the victim. The Bioecological Theory provides tools for analyzing the phenomenon of child sexual violence insofar as understanding as a process, which develop in one or more contexts, temporarily observing and having the subject as an active protagonist in their relationships. The objective of this dissertation is to analyze the risk and protection factors of children victims of sexual violence attended in the Legal Psychology service of a School of Psychology Service. This is a documentary research of a qualitative nature, performed in the legal psychology service, having as data source the referrals of the demanding sectors and the reports sent by interns of legal psychology. The criteria for selection of the documents were: children up to 12 years of age and with complaints of sexual violence attended by legal psychology trainees, covering the period from 2010 to June 2016. Our results show that the profile of the children served is predominant The female sex, up to 10 years of age, having as an abuser a member of the nuclear family and referrals from the North Tutelary Council. There was a greater presence of risk of risk of protection risks. Above all, there was a shortage of protective factors other than nuclear family microsystems. Support for the need for a network of protection for development in an articulated way, to strengthen social support for families of victims of sexual violence.

KEYWORDS: 1. Bioecological Theory; 2. Child Sexual Violence; 3. Legal Psychology; 4. School Psychology Service.

LISTA DE SIGLAS

Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Conselho Federal de Psicologia - CFP

Conselho Regional de Psicologia - CRP

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF

Núcleo de Prática Jurídica - NUPRAJUR

Organização Não Governamental - ONG

Pessoa – Processo – Contexto e Tempo – PPCT

Responsável Técnico - RT

Serviço Escola de Psicologia - SEP

Sistema Único de Saúde - SUS

Teoria Bioecológica do desenvolvimento Humano – TBDH

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Unidade Educacional de Internação - UNEI

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Configuração dos sistemas ecológicos familiares

Figura 2.- A Bioecologia da violência sexual infantil e o de atendimento de psicologia jurídica

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Demandas recebidas

Tabela 2 - Distribuição por ano e tipo de violência

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fatores de risco de crianças vítimas de violência sexual

Quadro 2 - Fatores de proteção em crianças vítimas de violência sexual

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
2 A EVOLUÇÃO DO MODELO BIOECOLÓGICO	21
2.1 O modelo ecológico de Urie Bronfenbrenner	22
2.2 A Bbioecologia do desenvolvimento humano	27
2.2.1 Pessoa (Eu ecológico)	28
2.2.2 Processo	29
2.2.3 Contexto	30
2.2.4 Tempo	30
3 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTILNO MODELO BIOECOLÓGICO	33
4 ATENDIMENTOS EM PSICOLOGIA JURÍDICA	38
4.1 Percursos históricos da psicologia jurídica no Brasil	39
4.2 Possibilidades de intervenção psicológica infantil no contexto jurídico	42
4.3 atendimentos em psicologia jurídica no SEP	48
5 CONCEITUANDO OS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO	52
5.1 Fatores de risco	53
5.2 Fatores de proteção	54
6 OBJETIVOS	57
6.1 Objetivo geral	58
6.2 Objetivos específicos	58
7 MÉTODO	59
7.1 Pesquisa documental	60
7.2 Local	61
7.3 Procedimentos	63
7.4 Análise de dados	64
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO	65
8.1 Perfil das crianças vítimas de violência sexual atendidas pela psicologia jurídica	66
8.2 Fatores de risco de crianças vítimas de violência sexual atendidas pela psicologia jurídica	70

8.2.1 Pessoa (Eu Ecológico)	72
8.2.2 Microssistema– família	73
8.2.3 Mesossistema	77
8.2.4 Exossistema	78
8.2.5 Macrossistema	79
8.3 Fatores de proteção de crianças vítimas de violência sexual atendidas pela psicologia jurídica	80
8.3.1 Pessoa (Eu ecológico)	81
8.3.2 Microssistema– família	82
8.3.3 Mesossistema	83
8.3.4 Exossistema	85
8.3.5 Macrossistema	85
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICES	105

Na sociedade em que vivemos, a violência é um fator constante, seja dentro das configurações familiares, nas instituições escolares ou quaisquer outros ambientes, isso têm despertado preocupação na população em geral, nos governantes e comunidade científica. É um problema abrangente, multidimensional, temporal, com características interdisciplinares. Este fenômeno envolve vários aspectos que influenciam a sua manutenção social, sendo assim, diversos campos dos saberes científicos precisam se ocupar de estudos que busquem a compreensão da violência.

A violência sexual infantil consiste no fenômeno a ser pesquisado nesta dissertação, constituindo assim o objeto deste estudo. Esse é um fenômeno que gera preocupação por parte do governo nas três esferas, federal, estadual e municipal (BRASIL, 2014). Configura-se também em uma apreensão social e de algumas instituições e Organizações não governamentais, que visam proteger e zelar pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

De acordo com o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), dados de uma pesquisa feita em 190 países, afirmam que mais de uma em cada 10 meninas sofreram abuso sexual, isto equivale a 120 milhões de meninas, que já foram forçadas a algum tipo de prática sexual. Os resultados apontam ainda para maiores índices de risco nos países do continente Africano (UNICEF, 2014).

Segundo a fundação Abrinq (2015), no ano de 2014 foram registradas 24.575 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo 19.165 de abuso e 5.410 de exploração sexual infantil. Preocupados com este número expressivo do cenário mundial e nacional o UNICEF, o *Save the Dream*¹ e outras organizações especializadas na proteção de crianças e adolescentes, lançou em 20 de junho de 2014, a campanha ‘Está em suas mãos proteger’, com um apelo à sociedade brasileira, para denunciar os casos de violência infanto-juvenil, através do Disque 100², (UNICEF, 2014).

¹*Save the Dream* é uma iniciativa do *International Centre for Sport Security* (ICSS) e do Comitê Olímpico do Catar, cujo programa é uma campanha global que tem como objetivo educar, promover e proteger os valores fundamentais do esporte para os jovens e eliminar a corrupção, a violência e a discriminação no meio esportivo. Disponível em: <http://www.unicef.org.br/>

²O serviço pertence à Secretaria de Direitos Humanos e funciona 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações são feitas de qualquer telefone fixo ou móvel. As denúncias podem ser anônimas e o sigilo das informações é garantido, quando solicitado pelo demandante. As demandas recebidas pelo Disque 100 são encaminhadas, no prazo máximo de

Em 2015, o governo federal através da Secretaria Especial de Direitos Humanos também lançou uma Campanha pelo fim da violência sexual contra crianças e adolescentes no carnaval, mobilizando a população a denunciar, pelo disque 100, os casos de violência cometidos contra esta população (BRASIL, 2015).

No Brasil segundo denúncias do Disque 100 mais de 17,5 mil crianças e adolescentes podem ter sido vítimas de violência sexual, no ano de 2015, o que equivale a quase 50 casos por dia. Isso demonstra que a sociedade vem respondendo aos apelos da campanha do UNICEF do *Save the Dream* e do Governo Federal. Ainda em 2015, de um total de 137.516 denúncias de violência recebidas, 80.437 foram de denúncias de violências praticadas contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2016).

Dentre as violências praticadas na sociedade brasileira, destaca-se a violência intrafamiliar cometida contra crianças e adolescentes, que se tipifica em negligência, violência física, psicológica e sexual. Grubits *et al* (2016) apontaram para um expressivo aumento de crianças e adolescentes atendidos nos atendimentos de Psicologia Jurídica de um Serviço Escola de Psicologia (SEP), de uma Universidade, além da crescente demanda de casos de violência infanto-juvenil detectados nesses atendimentos.

Para as autoras a queixa de violência foi aumentando gradativamente em 2010 foi de 5 dos 12 pacientes encaminhados, em 2011 subiu para 9 de 29 pacientes atendidos, em 2012 este número saltou para 15 pacientes dos 53 casos encaminhados à psicologia jurídica, as queixas eram de agressão e abusos.

A pesquisadora é psicóloga no SEP há 6 anos na função de responsável técnica, neste período observou-se um aumento nas queixas de violência sexual cometidas contra crianças. Diante da gravidade e complexidade que envolvem o fenômeno da violência sexual e da possibilidade de aumento desta demanda, a partir do conhecimento da realidade dos atendimentos nesse serviço, pensou-se na constatação desta informação por meio desta pesquisa.

Assim, pensou-se nos seguintes questionamentos: Quantos casos de violência sexual infantil foram encaminhados no período de 2010 a junho de 2016? Qual o perfil das vítimas de violência sexual infantil atendidas pela psicologia jurídica? Quais os fatores de risco e proteção são encontrados nos sistemas ecológicos analisados?

O local escolhido para a pesquisa foi o SEP de uma Universidade, mais especificamente os atendimentos de psicologia jurídica. A escolha do local se deu por se constituir um vasto campo de possibilidades em pesquisa, principalmente na área da Psicologia.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, documentos decorrentes de atendimentos com crianças vítimas de violência sexual infantil, no SEP e que foram atendidas pela psicologia jurídica, de 2010 a junho de 2016.

Essa pesquisa é de caráter qualitativo, pois contempla melhor o objetivo proposto. Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa do nível de realidade que pode ou não ser quantificado. A abordagem qualitativa procura privilegiar uma visão do todo, trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Esta é utilizada quando se quer analisar o conteúdo de maneira mais subjetiva, contrapondo-se ao método quantitativo que privilegia uma análise objetiva e concreta, normalmente relacionada à representação numérica ou estatística da investigação.

A análise foi realizada a partir do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano, tendo em vista que este procura privilegiar uma visão sistêmica de todos os contextos, apresentando uma integração de aspectos protetivos e de risco para o desenvolvimento humano. Para isto realizou-se estudo sobre fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento humano. Verificou-se o perfil das crianças vítimas de violência sexual, atendidas pela psicologia jurídica de uma universidade. Na última parte, identificam-se os fatores de risco e proteção presentes nos casos, bem como os sistemas ecológicos encontrados neste processo. Diversos fatores de risco foram identificados, sobretudo no microssistema família.

A dissertação foi organizada em oito capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução desta dissertação, em que se apresenta o tema proposto, sua

justificativa, problema de pesquisa e suas contribuições social e acadêmica. O segundo capítulo aborda a evolução da Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner, por ser o escopo teórico de análise para a compreensão do fenômeno da violência infantil, nos contextos em que ocorre. O modelo Bioecológico do desenvolvimento ao analisar a prática da violência sexual intrafamiliar observa as relações estabelecidas neste contexto e nos que são indiretamente ligados à criança.

O terceiro capítulo faz uma breve conceituação da violência sexual infantil a partir da Teoria Bioecológica, esta proporciona uma visão sistêmica acerca da compreensão do fenômeno da violência infantil. O quarto capítulo objetiva realizar um levantamento da constituição e atuação da psicologia jurídica no Brasil, uma vez que as crianças vítimas de violência são atendidas por estagiários de psicologia jurídica do SEP. Neste capítulo foi realizado um levantamento acerca do SEP e seu funcionamento, bem como a constituição e tipo de atendimentos realizados pela psicologia jurídica.

O quinto capítulo apresenta o conceito de fatores de risco e proteção, estes influenciam na maneira como a criança, vítima de violência sexual, vivencia o evento estressor, podendo os fatores de risco amplificar este evento, enquanto que os fatores de proteção visam conduzir a criança à conduta de resiliência e adaptação.

No sexto capítulo constam os objetivos e no sétimo é abordado o Método da dissertação, que consiste em uma pesquisa documental, sendo a abordagem qualitativa utilizada para análise dos dados. Ainda neste capítulo é tratado sobre o local escolhido para a pesquisa, o SEP, os instrumentos empregados na análise e os procedimentos adotados.

O oitavo capítulo demonstra a análise e discussão dos resultados. Apresenta o perfil de crianças, vítimas de violência sexual atendidas em um serviço de psicologia jurídica de uma universidade. Verifica-se também a influência dos sistemas ecológicos nos fatores de risco e proteção das crianças violentadas sexualmente. No nono capítulo observa-se o desfecho do estudo com as considerações finais.

A relevância social e acadêmica da presente pesquisa ocorre na medida em que apresenta importantes reflexões sobre a influência dos sistemas ecológicos na

violência infantil. A visão da inter-relação dos contextos dentro do modelo Bioecológico contribui para o conhecimento do fenômeno da violência infantil, procurando elucidar como as variáveis dos contextos em que a criança vive, e dela própria, influenciam nos fatores de risco e proteção da violência.

Identificar os fatores de risco e proteção auxiliam os profissionais que se ocupam dos cuidados de crianças em situação de vulnerabilidade, possibilitando estudos no campo teórico-prático, dentro do modelo Bioecológico, além do aprimoramento nas intervenções prestadas a essa população a partir deste olhar sistêmico da pessoa em desenvolvimento e da inter-relação desta com seus contextos diretos e indiretos.

2.1 O modelo ecológico de Urie Bronfenbrenner

Bronfenbrenner era descendente de judeus e ainda criança, por conta da crise econômica e a ascensão nazista, foi morar nos Estados Unidos. Seu pai era médico especialista em Neuropatologia, e doutor em Zoologia e conseguiu um trabalho como médico, em uma propriedade rural, que cuidava de pessoas com transtornos mentais. Cresceu neste ambiente de fazenda em contato com diversas plantas e animais. Os pacientes desenvolviam atividades cotidianas na fazenda, como afazeres domésticos, educacionais e terapêuticas. O contato com estes pacientes possibilitou um olhar diferenciado acerca das diferentes culturas e ambiente (BRONFENBRENNER, 1996; ALVES, 1997; NARVAZ; KOLLER, 2004; YUNES; JULIANO, 2010).

Formou-se em psicologia e música na Universidade de Cornell, teve a oportunidade de conviver com Kurt Lewin (no período em que esse desenvolvia a Teoria de campo), e Frank Freeman, ambos apresentaram importantes contribuições ao desenvolvimento dos pressupostos da Abordagem Ecológica, que teve início na década de setenta (YUNES; JULIANO, 2010; ALVES, 1997). Participou de várias pesquisas em culturas distintas, tais como: Europa Ocidental e Oriental, na URSS, Israel, República Nacional da China e em outros países, o que possibilitou a compreensão acerca da pluralidade dos fatores sócio históricos que envolvem o desenvolvimento humano. Estas pesquisas possibilitaram a visualização do “potencial que os seres humanos têm para criar ecologias sociais nos ambientes em que vivem e se desenvolvem, o que possibilita o advento de ecologias ainda não experimentadas” (YUNES; JULIANO, 2010, p. 6).

Segundo Yunes, Juliano (2010), em 1974 Bronfenbrenner pontuou em uma publicação, no editorial do periódico *Child Development*, a importância das políticas públicas para o desenvolvimento das crianças e suas famílias, e que essas deveriam estar pautadas no conhecimento científico. A história e trajetória de vida do autor, bem como a convivência com outros psicólogos, influenciaram na construção da Teoria ecológica do desenvolvimento, tal qual pode ser constatada nas ponderações do autor:

As sementes das concepções ecológicas aqui desenvolvidas haviam sido plantadas muito antes de eu entrar na faculdade. [...] Meu pai me levava para inúmeras caminhadas. [...] Onde quer que estivéssemos, ele alertaria meus olhos poucos observadores para o funcionamento da natureza, apontando a interdependência funcional entre os organismos vivos e seu ambiente. [...] Mas um longo tempo se passou antes que estas experiências concretas se refletisse em ideias conscientes a respeito da ecologia do desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER, 1996, p. VII-VIII).

Outro fator preponderante na Teoria do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner é que esta surge a partir de sua insatisfação com as teorias do desenvolvimento humano vigentes em sua época, conforme pontuam Collodel-Benetti *et al* (2013, p.3), “como cientista, ele rejeitava o associacionismo dicotômico e o desejo positivista que apontavam que a ciência social, para ser útil e científica, deveria ser pura, neutra e descontextualizada”. Suas críticas tinham como base de que as outras teorias consistiam em uma fragmentação do desenvolvimento humano, considerando apenas um aspecto deste, só a criança, só a família, só a sociedade, como se este fosse o único fator responsável por este desenvolvimento, de maneira independente e descontextualizada.

Collodel-Benetti *et al* (2013), ponderam que Bronfenbrenner era adepto das teorias de Kurt Lewin e Vygotsky, assim pode-se observar influências destes autores em sua teoria. Para Vygotsky o ser humano se desenvolve por meio de uma relação dialética com o seu ambiente, e que este mesmo desenvolvimento não pode ser compreendido descolado do contexto sociocultural. Lewin em sua Teoria de campo admitia que os fenômenos psicológicos precisam ser entendidos dentro de um espaço, observando os períodos em que ocorreram: presente, passado e futuro, moldando assim o comportamento do ser humano.

Segundo Prati *et al* (2008) o primeiro modelo desenvolvido por Bronfenbrenner foi denominado de Modelo Ecológico, em 1979, esse tratava da compreensão do desenvolvimento humano em seu contexto ambiental, observando a maneira com que a pessoa vivencia e percebe o contexto ao qual está inserida (LEÃO; SOUZA; CASTRO, 2015). O ambiente compreende um aspecto fundamental na compreensão deste modelo. Em 1992, este constructo se modificou e foi denominado de “Teoria dos Sistemas Ecológicos”, estas modificações implicaram um maior detalhamento dos sistemas a que a pessoa

está inserida e por ter abarcado questões do desenvolvimento ligado à própria pessoa.

Segundo Bronfenbrenner (1996, p. 5) o Modelo Ecológico foi pensado de maneira análoga às diversas estruturas que se encaixam umas nas outras de maneira interdependentes, em que uma contém ou esta contida em outra, “como um conjunto de bonecas russas”. A primeira estrutura da parte mais interna da boneca representa o ambiente mais direto em que se encontra a pessoa em desenvolvimento. A segunda estrutura de dentro para fora, representa a influência das inter-relações entre os ambientes que a criança transita, neste contexto o autor cita como exemplo as relações estabelecidas entre a escola e a família. A terceira consiste em ambientes não frequentados pela pessoa, mas mesmo assim influenciam em seu desenvolvimento. A quarta estrutura é a cultura, ideologia, religião, economia, presentes na sociedade em que a pessoa em desenvolvimento está inserida e que causa impacto nas diversas fases do desenvolvimento, (BRONFENBRENNER, 1996).

O modelo ecológico se fundamenta em três premissas: 1) A pessoa em desenvolvimento é um ser ativo, recebe, interage e modifica o meio. 2) O ambiente influencia no desenvolvimento humano de maneira bidirecional. 3) A inter-relação que se estabelece entre os sistemas e a criança é propulsora do desenvolvimento, (BRONFENBRENNER, 1996).

Bronfenbrenner denominou estas estruturas de micro, meso, exo e macrosistema. Segundo o próprio autor “Um microsistema é um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais, experiências da pessoa em desenvolvimento num dado ambiente, com características físicas e materiais específicas” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 18). Este contexto precisa de uma boa organização, bem como de objetos, símbolos e pessoas que despertem e estimulem o engajamento nas atividades, possibilitando assim maior participação da pessoa em desenvolvimento.

Segundo Yunes e Juliano (2010), o microsistema surgiu a partir da concepção do espaço fenomenológico de Lewin, em que os fatos ocorridos, bem como os objetos e pessoas são repletos de significados passados, presentes ou futuros, constituindo assim o ambiente de vida do sujeito. O microsistema é um ambiente mais direto, em que o ser humano desenvolve relações face a face,

normalmente a maior parte do seu tempo esta voltado para interações diretas neste ambiente, seja com pessoas, símbolos ou objetos deste contexto, tornando-o assim um importante sistema do desenvolvimento humano.

O microssistema compreende o ambiente de maior proximidade da pessoa em desenvolvimento, nestes contextos, a interação, bem como os papéis são desenvolvidos com menor distanciamento e de maneira imediata. Recordando a metáfora da boneca russa, o microssistema seria a estrutura mais interna, que pode ser considerada como: os ambientes constituídos pela família, escola, trabalho, igreja, creche, entre outros. O microssistema por estar na parte mais interna sofre influências de todos os outros sistemas em que esteja contido, ou seja, do meso, exo e macrosistema, pois embora sejam estruturas separadas influenciam e são influenciadas umas pelas outras (BRONFENBRENNER, 1996; YUNES; JULIANO, 2010; SENNA; DESSEN, 2012).

O mesossistema seria a segunda parte interna da boneca russa é constituído pela inter-relação de dois ou mais microssistemas em que a pessoa em desenvolvimento esteja inserida. O mesossistema caracteriza-se pela inter-relação dos microssistemas. Para Leão Souza e Castro (2015), este contexto corresponde às relações dos microssistemas que envolvem a pessoa em desenvolvimento, porém esta pessoa precisa participar de maneira direta destes ambientes. Pode-se usar como exemplo as relações estabelecidas entre família e escola, ou seja como é a integração entre a família e a escola e vice-versa, como é a qualidade da participação dos pais nos projetos da escola, (BRONFENBRENNER, 1996; PRATI *et al*, 2008).

Sempre que um ambiente novo se insere na vida da pessoa em desenvolvimento, o mesossistema é ampliado, ampliando também a rede de vínculos desta pessoa (BRONFENBRENNER, 1996; LABRONICI *et al*, 2013). Neste sistema pode ocorrer o processo de transição, que é a inserção da criança, por exemplo, em um novo contexto, envolvendo mudanças de papéis e novas possibilidades de desenvolvimento. O feedback de transição corresponde aos efeitos desta transição em relação a este novo ambiente, com novas possibilidades de interações e respostas do meio ambiente (MARTINS; SZYMANSKI, 2004; BHERING; SARKIS, 2009).

Segundo Bronfenbrenner (1996), o exossistema consiste na terceira estrutura de dentro para fora da boneca russa, assim contém o microsistema, o mesossistema que está contido dentro do macrosistema. Ao contrário do mesossistema em que o ser humano precisa participar diretamente do ambiente, no exossistema a pessoa não participa do ambiente, porém, é afetado por ele, ainda que de maneira indireta. O exossistema corresponde aos ambientes que a pessoa em desenvolvimento não tem contato direto, porém estes ambientes influenciam de maneira indireta em seu desenvolvimento e nos processos proximais.

Collodel-Benetti *et al* (2013) indicam que o exossistema também é composto pelas relações entre dois ou mais ambientes, como no mesossistema, no entanto a diferença entre estes é que no mesossistema a pessoa em desenvolvimento participa ativamente de todos os microsistemas envolvidos, no exossistema a pessoa não participa de todos os ambientes, pode participar apenas de um, porém em decorrência do que ocorre no outro ela é afetada indiretamente, por exemplo, situações decorrentes do trabalho dos pais, a criança não participa deste ambiente, mas podem ocorrer situações que interfiram na relação dela com os pais, como uma sobrecarga de trabalho, mudança de turno de trabalho, horas extras.

O macrosistema é um contexto mais amplo que contém todos os outros sistemas. De acordo com Collodel-Benetti *et al* (2013, p. 6), fazem parte do macrosistema.

[...] culturas, crenças, valores, e costumes dominantes na sociedade, juntamente com os sistemas sociais, políticos e econômicos –recursos, riscos, oportunidades, opções e estilos de vida, padrões de intercambio social– predominantes em uma cultura, que filtram e orientam os comportamentos do cotidiano do indivíduo, que estão incluídos em cada um desses sistemas, e que podem afetar transversalmente os sistemas nele inclusos. É a arquitetura – de dimensão societal–de uma (sub)cultura, ou de outro contexto social mais amplo.

O macrosistema é a última estrutura ou sistema ecológico. Pode ser considerado análogo à parte mais externa da boneca russa, que contém todas as outras estruturas e/ou sistemas. “É composto pelo conjunto dos padrões sociais, ideologias, crenças, valores, religiões, formas de governo e subculturas que

influenciam o contexto vivenciado no âmbito familiar e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano” (MEDEIROS, 2011, p. 41-42). O macrossistema consiste em ambientes mais complexos, como a cultura, política, sistema financeiro, políticas públicas etc. As políticas públicas podem ou não favorecer o desenvolvimento das pessoas, sobretudo as que abrangem áreas ligadas à saúde, habitação, emprego e educação.

O macrossistema compõe todos os outros sistemas e compreende contextos mais amplos e complexos. Bronfenbrenner (1996) cita os contrastes existentes de uma sociedade para outra. Como por exemplo, as relações entre escolas e família de diferentes países,

Segundo Yunes e Juliano (2010), a grande contribuição do modelo ecológico de Bronfenbrenner no desenvolvimento humano é a compreensão do desenvolvimento de maneira inter-relacional, dinâmica e contextual. Bronfenbrenner em 1995 fez uma crítica à sua própria Teoria ecológica, pois considerava que o contexto do desenvolvimento humano ficava em evidência e acabava deixando de lado o que deveria ser o principal foco do seu estudo, as pessoas em desenvolvimento, a partir destas reflexões reformulou os pressupostos deste modelo.

2.2 A Bbioecologia do desenvolvimento humano

A partir da crítica de Bronfenbrenner à sua própria teoria, em que o contexto era tido como maior foco do que a pessoa em desenvolvimento, o autor começa a refletir sobre os núcleos desse modelo. Em 1998, Urie Bronfenbrenner e Pámela Morris propuseram uma ampliação desta teoria, criando a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (NARVAZ; KOLLER, 2004; BHERING; SARKIS, 2009).

Nesse novo modelo o próprio termo desenvolvimento é revisto pelos autores ao considerarem que o "desenvolvimento refere-se à estabilidade e mudança nas características biopsicológicas dos seres humanos durante o ciclo de suas vidas e através das gerações" (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998, p. 995 *apud* YUNES; JULIANO, 2010, p. 19).

Para Narvaz e Koller (2004, p. 53-54), “O novo Modelo Bioecológico propõe, então, que o desenvolvimento humano seja estudado por meio da interação sinérgica de quatro núcleos inter-relacionados: Pessoa - Processo – Contexto e Tempo” (PPCT). Neste modelo, o fator principal é o ser humano e suas interações com os contextos, com destaque também para o fator processo, ora denominado de processo proximal.

2.2.1 Pessoa (Eu ecológico)

No núcleo pessoa, os autores assinalam as características biológicas, genéticas e sociais que interferem no desenvolvimento humano, no entanto, afirmam que nenhuma delas isoladamente pode provocar mudanças no desenvolvimento (BHERING; SARKIS, 2009; COLLODEL-BENETTI *et al*, 2013).

O ser em desenvolvimento ocupa um papel ativo e interativo em seus contextos diretos e indiretos, sofrem influências dos ambientes ao mesmo tempo em que os influencia em uma relação de reciprocidade, alterando desde os ambientes mais simples até os de maior complexidade. Existem três características no fator pessoa que podem influenciar nos processos proximais, são elas: disposições, recursos e demandas (FONTES; BRANDÃO, 2013).

O primeiro elemento observado são as disposições, estas movimentam e sustentam os processos proximais, consistem em características pessoais, tais como curiosidade, pró-atividade, impulsividade, insegurança, timidez e apatia, etc. que podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento. Atuam na motivação e perseverança nas tarefas simples e, sobretudo nas complexas (BHERING; SARKIS, 2009; COLLODEL-BENETTI *et al*, 2013; FONTES; BRANDÃO, 2013).

As demandas representam elementos peculiares à pessoa em desenvolvimento, sendo estes responsáveis por despertar respostas do meio ambiente, agindo como facilitadora ou inibidora do desenvolvimento. Tem-se como exemplo, uma criança alegre e obediente e outra opositora e carrancuda, tais elementos que lhes são peculiares farão com que o meio ambiente responda a elas de maneiras diferentes (FONTES; BRANDÃO, 2013).

Os recursos referem-se a características pessoais de habilidades cognitivas, experiências, inteligência e aspectos emocionais, etc. Também é

composto por elementos sociais e materiais, como alimentação, cuidado, oportunidades educacionais e profissionais, entre outros, que favorecem ou não o desenvolvimento humano. Há ainda aspectos dos recursos que dificultam os processos proximais, como doenças genéticas, problemas de ordem neuropsicológica, lesões no cérebro e outros. Os recursos são fatores que determinam ou não o engajamento da pessoa nos processos proximais (NARVAZ; KOLLER, 2004; YUNES; JULIANO, 2010; FONTES; BRANDÃO, 2013; BHERING; SARKIS, 2009).

2.2.2 Processo

Nos processos proximais, os objetos, símbolos e pessoas com as quais o ser humano em desenvolvimento irá interagir devem ofertar certo estímulo, despertando assim o interesse pelo processo, possibilitando uma transferência de energia entre eles, independente do ponto de partida, se da pessoa em desenvolvimento ou dos objetos, símbolos ou outras pessoas (BHERING; SARKIS, 2009).

Para Collodel Benetti (2013) os processos proximais são os propulsores do desenvolvimento, que se diferenciam de acordo com características peculiares do ser humano e dos seus contextos, dentro de um tempo e espaço determinados. Assim nos processos proximais as pessoas em desenvolvimento se tornam capazes de atribuir significados e transformar a realidade a sua volta, a partir da participação ativa nas atividades e interações em seus contextos. Tem-se como exemplo os microssistemas, em que as relações da criança com os pais são estabelecidas por um longo período de seu desenvolvimento, bem como com professores, irmãos mais velhos, familiares entre outros.

Segundo Bhering e Sarkis (2009), para que ocorram os processos proximais é necessário que a pessoa realize atividade ininterrupta em um determinado período de tempo, assim pode-se dizer que o desenvolvimento de fato ocorreu. Quando se tem atividades que ocorrem esporadicamente, estas não podem ser compreendidas como processos proximais. Outro fator preponderante é que para ocorrer o processo proximal é necessário que a atividade apresente certo grau de dificuldade e não se caracterize apenas pela repetição da tarefa.

Para Yunes e Juliano (2010, 19-20), os processos proximais estão relacionados com a competência e disfunções, conforme se pode observar na citação abaixo.

Deve-se acrescentar que esses processos proximais podem promover competências ou disfunções a depender das formas de interações que ocorrem nas atividades entre pessoas e outras pessoas, pessoas e objetos ou símbolos que fazem parte dos espaços desenvolvimentais. Portanto, é necessário compreender não apenas as complexidades das interações diáticas – triádicas e intrafamiliares, mas também das interações com outras pessoas em seus diferentes aspectos concretos e simbólicos que representam a rede de apoio social.

De acordo com Bhering e Sarkis (2009), a competência consiste na possibilidade de adquirir e ampliar as capacidades de conhecimento da pessoa em desenvolvimento, enquanto que a disfunção corresponde às dificuldades enfrentadas pelo ser humano em desenvolvimento, tanto no que tange às complicações no entendimento, quanto à quantidade de informações disponíveis, em diversas esferas e situações do desenvolvimento humano. Dentro dos processos proximais é possível destacar a aprendizagem como uma competência, em que o sujeito precisa ampliar suas habilidades possibilitando assim maior compreensão dos contextos que esteja inserido.

2.2.3 Contexto

O contexto é baseado na Teoria ecológica dos sistemas que se inter-relacionam e afetam direta ou indiretamente o desenvolvimento. Consiste nos ambientes que estejam relacionados de maneira direta e indireta à pessoa em desenvolvimento, além das relações que esta desenvolve nestes contextos. Estes sistemas são divididos em micro, meso, exo e macrossistemas que já foram explicados no modelo ecológico, (BHERING; SARKIS, 2009).

2.2.4 Tempo

Segundo Martins e Szymanski (2004), o tempo consiste em marcos históricos, que interferem no desenvolvimento do ser humano, afetando-o em todos os sistemas, como a própria constituição familiar que mudou muito nos

últimos anos, que estabelece um exemplo do cronossistema atuando no microssistema.

O tempo é denominado dentro da Teoria de Bronfenbrenner de cronossistema e envolve todos os outros sistemas com todos os aspectos que os envolve, pois os eventos ocorrem dentro de um espaço de tempo determinado, em todas as etapas do desenvolvimento humano. O tempo tem uma relação com as transições vivenciadas pela pessoa, estas transições podem ser normativas, como andar, falar, puberdade, etc. e não normativas, como mudança de escola ou de cidade, separação dos pais, etc. (MARTINS; SZYMANSKI, 2004; BHERING; SARKIS, 2009).

De acordo com Cecconello e Koller (2003), o cronossistema é subdividido em três sistemas: 1) o microtempo em que são observados nos processos proximais os fatores que permanecem e ou desaparecem, afetando o desenvolvimento; 2) O mesotempo que é compreendido por meio de processos proximais por um período mais longo, como dias e semanas, sendo considerados os efeitos cumulativos para o desenvolvimento; 3) O macrotempo que são as mudanças sociais mais complexas, que atravessam gerações, alterando a vida das pessoas e sendo alterados por elas em uma reciprocidade, afetando assim o desenvolvimento humano.

A análise do desenvolvimento da pessoa tem como ênfase o tempo em relação aos fatos que ocorrem nos sistemas, assim são as alterações que provocam mudanças de maneira dinâmica, em que o sujeito se torna produto e produtor do ambiente, provocando mudanças no seu desenvolvimento ao longo do tempo histórico. As pessoas se desenvolvem por meio das interações que estabelecem em seus ambientes, no entanto esta é uma relação de reciprocidade, em que influenciam e sofrem influencia dos sistemas. Assim entende-se que os contextos têm um papel importante na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), o tempo também representa um fator preponderante neste desenvolvimento Bioecológico, em que os processos integram a maneira como esta inter-relação se estabelece (BHERING; SARKIS, 2009).

Abaixo, apresenta-se a figura representativa da interação dos diversos contextos, do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano.

A violência é atualmente considerada uma das principais causas de morbimortalidade, especialmente na população jovem, atinge crianças, adolescentes, homens e mulheres, de diferentes etnias, classes sociais, culturas ou religião. Dentre as violências praticadas na sociedade brasileira, destaca-se a violência sexual contra crianças e adolescentes, em que a família aparece como a maior violadora dos direitos infanto-juvenis, (DE ANTONI; KOLLER, 2010).

A violência sexual consiste em uma coerção em que a vítima é forçada a realizar práticas sexuais, para isto o agressor usa de força e/ou intimidação. As práticas desta violência incluem estupros, coerção à prostituição e pornografia, atos libidinosos com exposição em filmes entre outros (GADONI-COSTA; ZUCATTI; DELL'AGLIO, 2011).

De acordo com Azevedo e Guerra (1989), a violência sexual infantil é configurada “(...) como qualquer contato ou interação de uma criança ou adolescente com alguém em estágio mais avançado do desenvolvimento, na qual a vítima estiver sendo usada para estimulação sexual do perpetrador”, inclui atos, como: toques, carícias, sexo oral e penetração–genital ou anal. Habigzang *et al* (2009), pontua que pode haver práticas eróticas sem contato físico, como nos casos de voyeurismo, pornografia e exibicionismo. Essas ações são eliciadas pelo adulto por imposição de violência física, ameaças, chantagens ou indução de sua vontade, (AZEVEDO; GUERRA, 1989).

Para Facuri *et al* (2013) trata-se de um problema universal, que não faz distinção de gênero, idade, etnia, religião, classe social etc. Ocorreu ao longo da história da humanidade e ocorre até o presente. A maior incidência desta violência são vítimas do sexo feminino, nos mais variados períodos de sua vida.

A violência sexual é uma prática comum e normalmente realizada por familiares ou pessoas próximas à vítima. O abusador utiliza-se de sua relação de confiança com a criança ou adolescente e de seu poder como responsável para aproximar-se e praticar atos sexuais. A princípio, a criança ou adolescente tende a entender de forma positiva o contato, interpretando como uma forma de afeto e interesse, ficando satisfeita com a ampla atenção recebida. A criança ou adolescente sente, em um primeiro momento como uma forma de proteção privilegiada, e entende que estes atos são normais da relação entre ela e o cuidador (ALBUQUERQUE, 2010).

De todos os aspectos da violência, o abuso sexual de crianças é talvez um dos mais difíceis de delimitar, pois se apoia na autoridade abusiva sobre a criança que o adulto detém. Além disso, ela envolve não apenas a sexualidade do adulto, mas também a da criança e coloca sobre esta o peso de uma grande culpa (LORDELLO; OLIVEIRA, 2012).

No começo dos episódios de abuso, a criança não distingue o ato violentador e não conta para ninguém, quando se intensifica a violência o abusador passa a se utilizar de chantagens e ameaças para a manutenção do segredo, (FURNISS, 1993). Este autor aponta que o abuso sexual no contexto intrafamiliar obedece a uma dinâmica complexa e se caracteriza pelo silêncio, ocorre por períodos longos de tempo, iniciando-se por carícias e progressivamente, chegando ao coito. A complexidade desta violência se dá pela confusão nos papéis desempenhados pelo cuidador, que ora protege a criança, ora viola os seus direitos (FURNISS, 1993; HABIGZANG *et al*, 2009).

A violência sexual pode gerar diferentes impactos e acarretar no desencadeamento de vários sintomas na vida do sujeito, cada um de uma maneira, conforme a durabilidade, período de desenvolvimento psicosssexual, vínculo com o agressor, dentre outros fatores.

Segundo Minayo (2010), a violência sexual pode interferir na qualidade de vida das pessoas afetando as áreas, física, mental, emocional, social e espiritual e demanda um atendimento inter e multidisciplinar. Os seres humanos são considerados sociais e racionais, capazes de refletir e decidir sobre seus atos, assim, suas ações quando direcionadas à violência sexual são intencionais, causando consequências ao violentado, como sofrimento psíquico (HABIGZANG *et al*, 2009; RUSSO *et al*, 2014).

A violência sexual pode gerar diferentes impactos e desencadear vários sintomas na vida das crianças e adolescentes, dependendo da duração da violência, período de desenvolvimento psicosssexual, vínculo com o causador do abuso, dentre outros fatores, (LORDELLO; OLIVEIRA, 2012).

Habigzang *et al* (2006) indicam que crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual podem desenvolver alterações no comportamento, cognição e socialização. É comum verificar alterações como: conduta hipersexualizada,

abuso de substâncias, fugas do lar, furtos, isolamento social, agressividade, mudanças nos padrões de sono e alimentação, comportamentos autodestrutivos, baixo rendimento escolar, sentimentos de medo, tristeza, irritabilidade (HABIGZANG *et al*, 2006).

A violência sexual vivenciada pode gerar problemas no desenvolvimento das crianças, algumas podem demonstrar maior resiliência frente ao abuso sofrido, apresentando pouco ou nenhum efeito aparente, outras por estar mais vulnerável podem desenvolver problemas psiquiátricos, quais sejam: depressão, ansiedade, transtornos alimentares e outros.

Segundo Siqueira e Dell'aglio (2006) o microssistemas são os ambientes mais ligados diretamente à criança, pois se caracterizam pelas interações face-a-face, são considerados os principais ambientes de promoção do desenvolvimento infanto-juvenil, haja vista, que há um padrão de atividades, papéis sociais e relações interpessoais próximas e estáveis. Na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, ao analisar a prática da violência sexual intrafamiliar há a possibilidade de analisar os laços estabelecidos nos microssistemas que são diretas e/ou indiretamente ligados à criança e o adolescente, (LORDELLO; OLIVEIRA, 2012).

De acordo com o Modelo desenvolvido por Bronfenbrenner – Modelo PPCT³ deve ser contemplado no estudo da violência sexual infanto-juvenil, as características pessoais, os tipos de relações que se estabelecem nos microssistemas e a maneira com que estes contextos respondem a esta pessoa em desenvolvimento. Dentro deste modelo de análise, destaca-se a família que pode se caracterizar como um ambiente protetor ou de risco para o desenvolvimento infanto-juvenil, (MEDEIROS, 2011). Como também, as características pessoais desta criança, suas potencialidades de interação nos contextos em que participa, bem como suas vulnerabilidades e sua capacidade de resiliência, (LORDELLO; OLIVEIRA, 2012).

De acordo com De Antoni e Batista (2014), na Teoria Bioecológica a violência física ocorrida dentro do microssistema, pode significar uma falta de união entre os membros, bem como uma centralização de poder na figura

³Possibilita a análise do objeto de estudo a partir dos núcleos, Pessoa, Processo, Contexto e o Tempo

paterna. Demonstra ainda, uma situação de fragilidade e/ou rupturas nos relacionamentos intrafamiliares, configurando-se como um contexto de maior vulnerabilidade para o desenvolvimento da criança.

De Antoni e Koller (2010), postulam que o microssistema família apresenta questões que podem propiciar o surgimento da violência sexual infantil, como a ausência de limites, falta de afeto e confiança. Para Medeiros (2011), a família também pode ser promotora de proteção à criança, promovendo situações que proporcione segurança, bem como as que supram suas necessidades físicas e emocionais. A família precisa ser compreendida como uma rede de apoio social, composta de maneira direta ou indireta por pessoas que compõe o núcleo familiar. A ausência de apoio ou o isolamento social podem representar fatores de riscos a diversos tipos de violência infantil, incluindo a violência sexual infantil.

No mesossistema, pode-se pensar em uma interconexão entre os ambientes mais diretos da criança, como interação entre escola e família, amigos do bairro e da escola, estas redes se conectam de maneira interdependente e se influenciam mutuamente. O mesossistema é ampliado a cada novo contexto estabelecido na vida da criança, este sistema pode atuar de maneira preventiva ou promotora de violência intrafamiliar; uma nota baixa na escola, mau comportamento na escola ou na casa de colegas, são exemplos de fatores que podem ocasionar uma correção punitiva dos pais e/ ou exposição a situações de violência sexual (MEDEIROS, 2011).

A violência sexual intrafamiliar é uma das grandes preocupações na área da saúde, pois a família se configura como o primeiro contato social da criança, devendo ser este um contexto de proteção e desenvolvimento humano, e não um ambiente de violência, pois na medida em que esta violência ocorre, o contexto se torna um ambiente antagônico e prejudicial às suas vítimas, pois aqueles que deveriam proteger, acabam machucando física e psiquicamente (PATIAS; BOSSI; DELL'AGLIO, 2014).

4.1 Percursos históricos da psicologia jurídica no Brasil

A pesquisa foi realizada em um serviço escola de psicologia, mais especificamente nos atendimentos de psicologia jurídica deste serviço escola, assim, optou-se por situar o leitor sobre alguns conceitos de psicologia jurídica e suas áreas de atuação.

A psicologia e o direito são duas ciências distintas, porém, se ocupam de estudar e pesquisar o comportamento e atitudes do ser humano, e que se influenciam simultaneamente. Estas áreas do saber tiveram sua primeira interconexão com base na psicologia criminal, em que os estudos eram voltados para a análise da conduta do indivíduo em relação ao crime cometido, visando compreender a relação dinâmica entre a personalidade do sujeito e o ato praticado, (COELHO; MURAKI; GRUBITS, 2016).

Segundo Lago *et al* (2009), não é possível determinar os fatos que marcaram o início da psicologia jurídica no Brasil, no entanto é possível observar alguns acontecimentos que identifiquem a aproximação entre a psicologia e o direito. Isto ocorreu na década de 1960, de maneira processual e voluntária, em que alguns profissionais de psicologia se inseriram informalmente neste contexto, para estudar o comportamento de adultos e adolescentes que cometiam delitos criminais.

Para Rovinski e Cruz (2013) a psicologia Jurídica é uma especialidade recentemente reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), que ocorreu no ano de 2000, em sua Resolução 014/2000, posteriormente reformulada na Resolução 13/2007, estabelecendo novas normatizações para atuação profissional do psicólogo no contexto jurídico.

De acordo com a Resolução 013/2007 do CFP, as atribuições do psicólogo jurídico, consistem em atuar:

[...] no âmbito da Justiça, colaborando no planejamento e execução de políticas de cidadania, direitos humanos e prevenção da violência, centrando sua atuação na orientação do dado psicológico repassado não só para os juristas como também aos indivíduos que carecem de tal intervenção, para possibilitar a avaliação das características de personalidade e fornecer subsídios ao processo judicial, além de contribuir para a

formulação, revisão e interpretação das leis (RESOLUÇÃO CFP 013/2007, p. 19).

Conforme Serafim e Saffi (2012, p. 9) a psicologia jurídica se ocupa de “estudos das relações psicossociais enquanto fatores existentes e influentes na e da realidade social inerente a qualquer processo e espaço jurídico”. Na contemporaneidade, a interface da psicologia e direito não está restrita apenas ao estudo da origem do ato criminal, embora sua origem esteja pautada no comportamento do criminoso, como citado anteriormente, nem está voltada somente à compreensão do comportamento relacionado a uma doença mental específica.

Assim, Serafim e Saffi (2012, p.12), descrevem que a psicologia jurídica “percorre a análise e interpretação da complexidade emocional, da estrutura de personalidade, as relações familiares e a repercussão desses aspectos na interação do indivíduo com o ambiente”. Na atualidade, esta ciência refere-se ao estudo da influência das inter-relações psicossociais dinâmicas e temporais, que envolvem e se desenvolvem no contexto jurídico.

De acordo com Coelho, Muraki, Grubits (2016), a psicologia jurídica tem se expandido para diversas possibilidades de atuação, para além das ações voltadas para avaliação psicológica. Segundo as autoras, os profissionais que atuam nesta área têm ampliado seu campo de atuação, galgando espaços dentro dos tribunais e fóruns, no entanto, esta demanda tem exigido dos profissionais a expansão de conhecimentos desta interface do direito e psicologia. Com a ampliação do campo de atuação, de estudos e investigações, assim, a psicologia jurídica tem se alicerçado enquanto ciência e profissão.

Corroborando com as autoras acima, Cruz, Maciel, Ramirez (2005), ponderam que os psicólogos que atuam no campo jurídico vêm desempenhando diferentes papéis junto aos Tribunais de Justiça dos estados de nosso país, com isto percebeu-se a necessidade de buscar um maior investimento nesta área de atuação.

Para França (2004), a psicologia jurídica é um campo em plena ascensão e apresenta amplas possibilidades de intervenção, conforme estudos da autora a atuação no âmbito jurídico são nas seguintes áreas: I) direito de família; II) direito

cível; III) do trabalho; IV) direito penal; V) do testemunho; VI) penitenciária; VII) policial e das forças armadas; VIII) Vitimologia; IX) Mediação; X) Atendimento aos juízes e promotores.

Por ser uma área em expansão, Rovinski e Cruz (2013) propõem ainda, que o profissional que atua no setor jurídico, deve procurar conhecer e atualizar-se em todo o contexto jurídico envolvido, não somente em determinada área que esteja investigando, pois há uma interconexão entre os campos deste contexto. Brito (2012) pondera que há muitas representações nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), em relação a documentos expedidos por profissionais de psicologia que atuam em interface com a justiça. Estas podem estar relacionadas a esta falta de compreensão do contexto jurídico (ROVINSKI, CRUZ, 2013).

Para Brito (2012), o profissional que atua em interface com a justiça precisa ter claro seu papel enquanto psicólogo que é sua formação profissional, pois em alguns casos é possível observar uma contravenção em sua maneira de atuar nesta área, levando o profissional a manifestar comportamentos de desconfiança, que coloquem em dúvida a veracidade das informações prestadas.

Equiparar o termo avaliação psicológica ao ato de investigar pode conduzir ao uso de procedimentos que parecem se afastar do domínio das técnicas psicológicas, aproximando o trabalho que se produz na área da Justiça ao de uma investigação de outra natureza, com instrumentos que seriam alheios à Psicologia (BRITO, 2012, p. 201).

Lago *et al*, (2009) afirmam que não é de competência do profissional que atua em psicologia jurídica instaurar procedimentos, sua atuação deve-se voltar para práticas que tenham por finalidade oferecer suporte às decisões judiciais. Segundo Rovinski e Cruz (2013) o psicólogo jurídico poderá atuar antes da tomada de decisão do juiz, mediante avaliações das condições psicológicas, sociais e emocionais da vítima ou do agressor, descrevendo as condições de prejuízos da primeira e observando a responsabilidade do segundo.

Com tantas modificações, o CFP parece atento a esta área de atuação, com isto vem implementando resoluções que visam regulamentar a intervenção destes profissionais. Brito (2012) destaca que atualmente o CFP tem utilizado o termo - psicologia em interface com a justiça, pois, assim, engloba os

profissionais que atuam fora dos âmbitos dos tribunais. Nesta modalidade, têm-se os profissionais que atendem em clínica ou outras instituições, como Organizações Não Governamentais (ONG), Conselhos Tutelares, entre outros. Estes profissionais podem ser solicitados para emitir pareceres psicológicos a serem incluídos nos processos, sem que tenham qualquer vínculo empregatício com os tribunais.

Tendo em vista regularizar as atuações do psicólogo jurídico, em 2010, o CFP instituiu três resoluções para os psicólogos que atuam na área jurídica, são elas: A Resolução 008/2010 que abarca questões acerca da atuação da perícia e assistência técnica no judiciário. A Resolução 009/2010 que trata da intervenção no sistema prisional e proíbe este profissional de efetuar exames criminológicos. Por último a Resolução 10/2010 que propõe a rede de proteção à criança e adolescente, garantindo a escuta psicológica em crianças e adolescentes vítimas de violência, sendo vetado ao psicólogo interrogar estas vítimas (BRITO, 2012).

Para Lago et al, (2009) nos últimos dez anos, a psicologia jurídica tem se dedicado a questões relacionadas ao direito da família e direito do trabalho. Os autores ponderam ainda, que foram instituídos direitos da criança e do adolescente, a partir do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, uma vez que até então, estes não tinham direitos estabelecidos.

Segundo Franco e Melão (2007), desempenhar atividades no contexto jurídico implicam enfrentar as mais diferentes, conflituosas, complexas e contraditórias expressões da vida real. Estes profissionais se depararam com situações de violências, rompimento de vínculos e direitos, além da perda de esperança e abandonos diversos. Significa ainda manejar poderes e saberes, institucionais e profissionais.

4.2 Possibilidades de intervenção psicológica infantil no contexto jurídico

Atualmente, a psicologia jurídica tem se expandido para diversas áreas de atuação, neste tópico serão apresentados algumas possibilidades de atuação, porém será ressaltada a avaliação psicológica, uma vez

Recentemente foi instituída no Brasil a guarda compartilhada por meio da Lei nº 13.058 de 22 de dezembro de 2014. Esta consiste na convivência da

criança com a mãe e o pai, a avaliação do psicólogo pode auxiliar bastante nestas situações, sobretudo, nos casos em que a guarda compartilhada torna-se objeto de brigas judiciais, prejudicando ainda mais o desenvolvimento da criança (RAMOS; ZIELAK; TAVARES, 2015, p.9).

Outra área da psicologia jurídica infantil é o testemunho, de acordo com Santos e Andretta (2011), o perito que trabalha com o testemunho infantil precisa estar atento a uma questão importantíssima, que pode pôr em risco todo o seu trabalho, trata-se da falsa memória. Nestes casos, a criança pode evocar partes ou toda a cena do crime, relatando fatos que não existiram ou que não foi exatamente da maneira como foi relatada. No caso de trabalho com crianças, o perito precisa estar atento para não sugerir algo que ela possa tomar por verdadeiro, e relatar como algo que realmente tenha ocorrido. Os autores sugerem como estratégia que pode ser solicitado que a criança desenhe o que ocorreu, assim, haverá uma menor probabilidade de interferência no relato do fato ocorrido.

Para Froner e Ramires, (2008), nos casos de violência sexual e/ou em que a criança foi testemunha de um crime, a fim de estabelecer e garantir a proteção absoluta desta vítima, o primeiro passo é a escuta desta criança. Diante da denúncia de abuso, a falta de marcas em seu corpo, além da dinâmica intrafamiliar que envolve o abuso sexual, as falas das vítimas podem representar uma importante e decisiva referência na formação de provas judiciais.

O ECA apresenta uma nova configuração no cenário jurídico, no que se refere aos direitos da criança e do adolescente, instituindo fatores que garantem políticas voltadas para a promoção e defesa destes direitos. O primeiro deles consiste na mudança de conteúdo: que se refere à introdução de ações como “[...] políticas de atendimento, como defesa jurídico-social, assistência médica e psicossocial às crianças e adolescentes vitimizados, além de agrupar e hierarquizar as políticas” (ALBERTO *et al*, 2008, p. 5).

O outro versa à mudança de método: este consiste na alteração jurídica de práticas assistenciais e punitivas por medidas socioeducacionais. Mudanças na gestão: participação da população por meio de instituições, como Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de

Referência e Assistência Social (CRAS). Estas instituições são responsáveis por constituir e instaurar políticas e medidas protetivas (ALBERTO *et al*, 2008).

A partir do ECA foram traçadas estratégias de políticas de instituição de programas, estes têm a finalidade de suprir as necessidades básicas e direitos da criança e adolescente. Estas ações visam garantir a prevenção da violência em suas mais variadas formas de expressão, visando à promoção de saúde e desenvolvimento, bem como a proteção e atendimento, proporcionando a esta criança e/ou adolescente um ambiente que possa propiciar seu desenvolvimento de maneira mais saudável (BRASIL, 2002).

Para que todo este trabalho seja realizado com a criança e o adolescente, dentro do campo da psicologia jurídica, de acordo com Brasil (2002), cabe ao ECA atribuir à criança e ao adolescente o papel de indivíduos com direitos, também consolidando e reconhecendo a necessidade do trabalho de grupos interprofissionais nas Varas da Infância e Juventude, no Art. 151 – Compete à equipe interprofissional dentre outras atribuições que lhes forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico, (BRASIL, 2002).

Alberto *et al* (2008, p. 6) apontam para alguns casos em que são necessárias instaurar medidas de prevenção, proteção e/ou atendimento às vítimas de violência.

[...] serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão, serviço de identificação e localização de pais e responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos e proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Outra possibilidade de atuação são as práticas de avaliação psicológica, muito solicitada pelos magistrados, este deve ser considerado um espaço de atendimento do psicólogo que pretende atuar no contexto jurídico infantil, com medidas protetivas e atendimento psicossocial das vítimas de violência, além de

atuar em programas e projetos que tenham por objetivo a prevenção de práticas violentas contra crianças e adolescentes (ALBERTO *et al*, 2008).

A relação estabelecida entre a família e o atendimento de psicologia jurídica do SEP é mediada pelos encaminhamentos que envolvem a denúncia de violência sexual, assim, estas precisam ser confirmadas por meio de avaliação psicológica para verificar o impacto do problema na vida destas crianças e familiares, assim, toda criança que chega com queixa de violência sexual dos órgãos de justiça são encaminhadas para avaliação psicológica, com os estagiários de psicologia jurídica.

A avaliação psicológica foi a principal ação desenvolvida no contexto jurídico, sobretudo nos primórdios de sua constituição e reconhecimento, conforme foi descrito anteriormente. No cenário jurídico atual, ainda é uma prática muito solicitada pelos setores jurídicos diversos, sendo esta a maior demanda recebida no setor jurídico do SEP, assim percebeu-se a necessidade de se tratar deste tipo de assistência, uma vez que se configura a maior parte dos atendimentos realizados.

De acordo com Silva (2013), o trabalho do psicólogo como perito nas varas de família iniciou-se na década de 70, nos casos de separação, em que eram solicitados pareceres, quando o casal tinha filhos e havia uma discordância de com quem estes ficariam após o término do processo, além estabelecer as visitas para a parte que não ficasse com a guarda.

Segundo Ramos, Zielak e Tavares (2015), cabe ao psicólogo que atua em interface com a justiça analisar por meio da avaliação psicológica, qual dos pais possui maior capacidade de cuidar da(s) criança(s), em todos os aspectos, envolvida no processo de guarda. Os autores apresentam ainda casos de destituição do poder familiar sobre o menor, nos casos em que nenhum dos pais possui esta condição.

É função do Psicólogo, avaliar se os pais realmente possuem ou não condições de deterem a guarda da criança, o que poderá incorrer em casos de destituição do pátrio poder em casos mais extremos que colocam a integridade do menor em risco, como casos com ocorrência de abuso sexual na família, negligência, maus tratos, entre outros (RAMOS; ZIELAK; TAVARES, 2015, p. 9).

Segundo a resolução do CFP 007/2003, a avaliação psicológica deve ser compreendida como um processo que auxilia o profissional a compreender questões psíquicas do sujeito estudado. Outra característica deste processo é a produção de documentos, como laudos, atestados, declarações e pareceres. Tem ainda a finalidade de realizar encaminhamentos e de orientar intervenções sobre a pessoa avaliada, além de orientações psicoeducacionais, assim é necessário algumas observações acerca do planejamento, aplicação e elaboração dos resultados em documentos emitidos aos interessados.

Segundo Rovinski e Cruz (2013) a avaliação psicológica no âmbito jurídico consiste no psicólogo demonstrar as suas habilidades e conhecimentos, em determinadas situações com o objetivo de clarear os aspectos obscuros ou desconhecidos, o laudo ou parecer pode ser solicitado por um juiz e pode ser considerada uma prova, de maneira a elucidar informações que precisam ser esclarecidas para o magistrado.

Coelho, Muraki, Grubits (2016), complementam que o psicólogo perito geralmente é nomeado pelo juiz com a finalidade de auxiliá-lo em suas decisões, pode ser solicitado pelo magistrado em decorrência de demandas de advogados ou promotores de justiça. A perícia psicológica ampara o juiz na tomada de decisões quando estes necessitam de provas técnicas e científicas que sustentem sua deliberação. Segundo Silva (2013, p. 8) “Existem outros meios de provas, tais como a testemunhal e a documental, porém a prova pericial difere das demais por ser realizada por um especialista na matéria”.

Segundo Perotti e Siqueira (2009), o papel da avaliação ou perícia psicológica no campo jurídico tem como finalidade única e específica de conduzir a decisão como um meio de prova, a solicitação é realizada judicialmente, podendo ser incluída pela participação obrigatória das partes. Quanto à confecção de documentos, os autores ponderam que o profissional da área psicológica deve tomar o devido cuidado para com a linguagem e uso dos termos e conceitos estritamente psicológicos, para uma comunicação compreensível dentro da confecção dos laudos psicológicos jurídicos.

Vejamos o que apresenta o CFP (2003) acerca do parecer psicológico.

Parecer é um documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo. O parecer tem como finalidade apresentar resposta esclarecedora, no campo do conhecimento psicológico, através de uma avaliação especializada, de uma “questão problema”, visando a dirimir dúvidas que estão interferindo na decisão, sendo, portanto, uma resposta a uma consulta, que exige de quem responde, competência no assunto, (RESOLUÇÃO CFP nº 007/2003, p. 9).

O parecerista deve analisar o problema apresentado de acordo com as informações que dispõe, fundamentando cientificamente o documento a ser elaborado, precisa responder a todos os questionamentos feitos, porém de uma maneira sintética. Pontua ainda, que não havendo dados suficientes que possam atestar as respostas solicitadas deve-se utilizar termos como “sem elementos de convicção”. Se o quesito estiver mal formulado, pode-se afirmar “prejudicado”, “sem elementos” ou “aguarda evolução” (RESOLUÇÃO CFP nº 007/2003, p.10).

Na pesquisa realizada por Coelho, Muraki, Grubits (2016), evidenciou-se que os magistrados desconhecem que tipos de informações devem encaminhar ao perito psicólogo para a coleta de informações, eles necessitam do parecer do perito, reconhecem a importância da perícia, e esperam a emissão de um documento embasado e conclusivo, porém, muitas vezes não fornecem o material necessário para uma boa investigação. Quanto maior a disponibilidade de elementos e provas relacionados ao caso, maior será a assertividade da conclusão do laudo a ser emitido.

Lago *et al* (2009) salientam que a avaliação psicológica é de suma importância para o profissional neste contexto, mas não deixando de lado outras formas de atuação, como a implantação de medidas de proteção e socioeducativas, o encaminhamento e acompanhamento de crianças e adolescentes, entre outras. São áreas que devem coexistir devido à importância de cada uma, onde uma subsidia a outra, já que a demanda é grande por trabalhos que exigem confecção de laudos, relatórios e pareceres.

4.3 Atendimentos em psicologia jurídica no SEP

Os atendimentos em Psicologia Jurídica surgiram como prática do estágio obrigatório no ano de 2006. Neste período o estágio foi inserido no Núcleo de Práticas Jurídicas da universidade em que foi realizada a pesquisa, atendendo especificamente aos usuários do 5º Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Grande, MS (ARAKAKI, 2007).

De acordo com Brito (2007) a triagem dos processos era realizada pelas Assistentes Sociais do complexo das Clínicas, encaminhando os processos aos estagiários de Psicologia, a pedido da juíza responsável pelo 5º juizado. O estagiário então identificava o conteúdo dos autos do processo, no qual, após a ciência dos fatos fazia-se um agendamento, via telefone, de uma entrevista inicial, ou via intimação judicial quando não havia possibilidade de contato.

O primeiro atendimento consistia na coleta de dados, por meio de entrevistas e posterior aplicação de testes psicológicos, objetivando uma avaliação, em consonância com a solicitação contida nos autos do processo. Após a avaliação psicológica era elaborado o laudo, parecer ou relatório psicológico e emitido ao juiz, para ser anexado aos autos do processo (BRITO, 2007).

Às vezes, haviam demandas Judiciais para atendimento psicológico em outras Varas Judiciais integradas à 5ª Vara do Juizado e o deslocamento dos estagiários de psicologia jurídica era realizado em veículos oficiais e com o conhecimento prévio da supervisora, que orientava como deveriam ser estes atendimentos (ARAKAKI, 2007).

O estágio em psicologia jurídica foi tão promissor que a própria juíza sugeriu a inserção deste serviço dentro do Fórum de Campo Grande, MS. Assim no ano de 2009, este estágio passou a funcionar no Fórum. O Estágio era desenvolvido em salas, equipadas com computadores, mesas e cadeiras, prestava-se assistência à população atendida pelos juízes. Porém, devido à crescente demanda jurídica recebida pelo SEP, os atendimentos em psicologia jurídica precisaram retornar ao Complexo das Clínicas da Universidade, no início do ano de 2010, para atender esta demanda advinda dos Conselhos Tutelares,

Juizados, Fórum, Unidade Educacional de Integração (UNEI), entre outras, (MENDONÇA, 2011).

Para a utilização de qualquer serviço, prestado em qualquer tipo de atendimento, referente aos estágios obrigatórios do complexo das clínicas, o paciente precisa realizar um cadastro no serviço social das clínicas.

Os pacientes que vêm para o atendimento no setor jurídico do SEP chegam com o encaminhamento. O primeiro atendimento é na recepção do complexo das clínicas, de lá são encaminhados ao serviço social do complexo. Neste setor, é realizada uma entrevista social, em que são informados pelos pacientes dados pessoais, familiares, sociais, econômicos e de saúde, (FLUXO DE ROTINA, 2013). Posteriormente, este cadastro e o encaminhamento (do demandante) são enviados ao SEP, pelo serviço social. O usuário é então registrado com um número de prontuário, em um livro ATA, e no sistema computacional, com a finalidade de acompanhar este paciente, com qual estagiário está sendo atendido ou se ainda encontra-se em fila de espera (MENDONÇA, 2011).

Após o registro, o paciente é encaminhado a um estagiário de Psicologia jurídica, que a partir de então fica responsável pelos atendimentos e encaminhamentos deste paciente. O estagiário liga para o mesmo para o agendamento do primeiro atendimento (o contato vem disponibilizado no cadastro do serviço social), no caso de menor de idade é agendado o atendimento somente com o responsável, para a realização da entrevista inicial (MENDONÇA, 2011).

Nos atendimentos de psicologia jurídica do SEP são realizadas avaliações psicológicas, por se configurar a maior parte das demandas recebidas. Mesmo nos casos em que os pacientes são encaminhados para tratamento e/ou acompanhamento psicológico, ainda assim, são realizadas avaliações psicológicas, pois as demandas chegam como forma de denúncia, que precisam ser confirmadas e/ou faz-se necessária a avaliação para verificar o impacto do problema na vida desta pessoa. Ao término das avaliações são realizados encaminhamentos e orientações frente ao problema apresentado.

A entrevista inicial é o primeiro passo do processo de qualquer atendimento no SEP, essa é realizada entre uma a duas sessões, dependendo da dinâmica do paciente/responsável. A entrevista é semiestruturada e consiste no modelo padronizado e utilizado em todos os atendimentos do SEP. Preenchida a entrevista é agendado o atendimento com o paciente para dar continuidade à avaliação psicológica, (FLUXO DE ROTINA, 2013).

A entrevista inicial com o paciente tem por objetivos: coletar informações do paciente, formular hipóteses diagnósticas ou determinar as investigações psicológicas que serão realizadas ao longo do processo, além do estabelecimento do contrato, dias e horários do atendimento, previsão de sessões e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nos casos de pacientes menor de idade o TCLE é assinado por seu responsável legal. Nas entrevistas iniciais o estagiário de psicologia jurídica levanta informações sobre os autos do processo e história de vida do cliente, determinando após isso (com supervisão da orientadora), quais os instrumentos indicados para esse processo de investigação (MENDONÇA, 2011).

O roteiro de avaliação propõe para o atendimento infantil com crianças vítimas de violência, a hora do jogo diagnóstica que objetiva realizar um vínculo com a criança, através da interação e brincadeiras. A sala de ludoterapia (sala de atendimento infantil) tem alguns jogos e brinquedos específicos e de acordo com o que se pretende avaliar, isto é decidido junto à supervisora do estágio, após análise das informações da entrevista, e de acordo com as hipóteses levantadas para o caso em questão. O estagiário se coloca como um observador das brincadeiras da criança, ou seja, interage e intervém pouco na brincadeira, para que esta possa expressar sua realidade e seus sentimentos por meio do jogo lúdico (ARAKAKI, 2007; MENDONÇA, 2011).

Posteriormente decide-se, junto ao supervisor, acerca da aplicação dos instrumentos psicológicos que será utilizado, de acordo com o que se pretende avaliar, ou seja, personalidade, inteligência, atenção, habilidades sociais, violência intrafamiliar e sexual, entre outras. Ao término da aplicação dos instrumentos e com as informações colhidas na entrevista e observação o estagiário realiza a correção e análise do material e elabora o laudo (BARROS, 2007; MENDONÇA, 2011).

Caso os estagiários junto ao supervisor entendam que há a necessidade de uma visita à escola, o estagiário vai até a escola da criança, para verificar informações acerca do aprendizado, comportamento, socialização, além de outras informações que possam auxiliar no processo de compreensão do que realmente está ocorrendo com esta criança (BARROS, 2007).

Após a conclusão da avaliação, os pais são chamados para a devolutiva para a explanação aos pais do que foi verificado na intervenção diagnóstica. Caso sejam identificadas questões de ordem intrafamiliar e escolar que estejam prejudicando o desenvolvimento desta criança, os pais ou a escola são orientados de como proceder frente à situação (MORAES, 2009; MENDONÇA, 2011).

São realizados encaminhamentos, para os casos de atendimentos fora do serviço escola, como serviços de psiquiatria, fonoaudiologia e psicopedagogia, há orientações aos pais que procurem alguns serviços com baixo ou nenhum custo, visto que a população atendida no SEP é de baixa renda. Para atendimentos de psicoterapia, dentro do SEP, é feita a condução do atendimento utilizando a própria pasta do paciente, que é remetida para a fila de espera de algum supervisor de atendimento clínico, caso não haja nenhum acadêmico que possa atender naquele momento (MORAES, 2009; MENDONÇA, 2011; FLUXO DE ROTINA, 2013).

Finalizando o processo é feita a emissão do laudo por escrito ao solicitante do serviço, estas respostas são enviadas em forma de declarações e/ou relatórios psicológicos por meio de correspondência enviada diretamente ao demandante (FLUXO DE ROTINA, 2013).

Em alguns casos de indisponibilidade de horários, não aceitação do cliente em dar continuidade ao processo ou tentativas de contato sem sucesso, o processo de atendimento é interrompido. Posteriormente são encaminhadas declarações aos demandantes, esclarecendo os motivos da interrupção do atendimento (MORAES, 2009; FLUXO DE ROTINA, 2013).

5 CONCEITUANDO OS FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

5.1 Fatores de risco

Os fatores de risco são eventos com características de negatividade, que pode se configurar como um único acontecimento e/ ou podem ser vários e estarem associados entre si. Estes eventos podem ser de ordem familiar, econômica, social e educacional; configuram-se como situações que geram estresse e podem provocar desordens físicas, sociais ou emocionais na criança. Tais experiências, como, separação dos pais, violência intrafamiliar, violência infanto-juvenil, podem interferir no desenvolvimento e trazer consequências desastrosas para o ser humano (CECCONELLO, 2003; HABIGZANG *et al*, 2006; POLETTTO; KOLLER, 2008).

Grande variedade de distúrbios físicos e mentais tem sido associados aos eventos estressores da vida, dentre esses eventos encontra-se a exposição à violência sexual infantil. Koller e De Antoni (2004) relatam que o impacto dos fatores de risco no desenvolvimento humano depende da percepção que o sujeito tem dos eventos estressores e das questões ligadas ao acontecimento deste, como amplitude, constância e severidade do fato ocorrido.

O fator de risco é compreendido na literatura com significado de algo que desorganiza o equilíbrio do sujeito, estes fatores podem produzir determinados comportamentos desadaptados, interferindo, assim, nas relações, contextos e desenvolvimento da pessoa.

Para Poletto e Koller (2008) é importante identificar os fatores de risco que provocam a desadaptação da criança em desenvolvimento, pois assim, pode-se trabalhar esta vulnerabilidade, proporcionando ao sujeito a possibilidade de desenvolver uma resiliência em relação ao ato violento sofrido. Segundo Rutter (1985, p. 600) apud Poletto e Koller (2008, p. 5), os “fatores de proteção referem-se às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação”.

Diversos fatores de risco podem ser visualizados no microsistema família em relação ao abuso sexual infantil, segundo Habigzang *et al* (2006), dentre os fatores de risco estão a negação familiar do abuso sexual, dependência financeira do abusador e rede de apoio ineficiente, desta forma, verifica-se que os fatores de risco encontram-se, em muitos casos, presentes na própria família da criança.

Nos estudos de Siqueira, Arpini, Savegnago (2011) foi evidenciado que os abusos sexuais contra crianças e adolescentes, na maioria das vezes, ocorrem dentro da própria casa e é perpetrado por padrastos e pais. Quando isto ocorre no seio familiar o evento se torna ainda mais estressante, pois os sentimentos de desamparo e desproteção da criança são intensificados.

[...] elas presenciam diariamente, em seu ambiente familiar, os atos violentos e hostis que, certamente, agem contra a sua natureza e têm influência deletéria em seu desenvolvimento (KOLLER; DE ANTONI, 2004, p. 294).

Para Pfeiffer e Salvagni (2005) quando o agressor pertence ao grupo familiar, ele normalmente se utiliza da confiança que a criança lhe dedica para praticar os abusos. O agressor pode ainda aparentar que isto faz parte da relação parental que possui com a vítima, deixando por vezes a criança confusa e acreditando ser normal este tipo de relação. No primeiro momento a criança pode se sentir privilegiada e acreditar que isto simboliza um maior afeto, atenção e proteção, na medida em que transparece amor e carinho por parte do agressor, em detrimento aos demais membros.

As consequências do abuso familiar são desastrosas para o desenvolvimento infantil, uma vez que a criança se sente insegura, confusa e desamparada, já que, aqueles que deveriam proteger são os principais responsáveis pela violência, transformando-se em uma ameaça constante, (SIQUEIRA; ARPINI; SAVEGNAGO, 2011).

5.2 Fatores de proteção

É relevante apresentar os fatores de proteção que são fundamentais no equilíbrio da pessoa que passou por uma situação estressora, auxiliando no processo de resiliência. Os fatores de proteção têm como função minimizar os riscos e aumentar a possibilidade de adaptação e resiliência da pessoa (DE ANTONI, BARONE, KOLLER, 2007).

Os fatores de proteção consistem na capacidade da pessoa modificar uma resposta diante de situações inusitadas e prejudiciais. Não estão ligados a

mudanças rotineiras do desenvolvimento, mas relacionados especificamente a um processo que atua para fortalecer ou reparar situações de risco, que acometem o sujeito e impedem seu desenvolvimento, (BORGES; ZINGLER, 2013). Identificar os fatores de risco e proteção não consiste em uma tarefa fácil, mas um desafio aos pesquisadores Bioecológicos do desenvolvimento, pois é necessário compreender que se trata de um processo mutável de interações e combinações de seus efeitos.

Segundo Szymanski (2007), existem espaços que são imprescindíveis ao desenvolvimento infantil. A família constitui os primeiros laços de relações interpessoais da criança. Na interação familiar configura-se a personalidade, com suas características sociais, éticas, morais e cívicas, que posteriormente irão se ampliar e se aprimorar nos demais ambientes.

A família é considerada a primeira rede social da criança, pois nela são experimentadas as primeiras trocas de saberes, sentimentos, emoções e construções de significados. Este microssistema é um dos maiores responsáveis pelos fatores de proteção, os pais têm um papel de transmissores e os filhos de receptores e vice e versa, em um processo dinâmico de trocas de valores e crenças interpessoais.

A família consiste em um espaço social e tem um papel importante no desenvolvimento, podendo caracterizar um contexto de proteção, oferecendo um ambiente saudável, afetivo e seguro, ou de risco, com ameaças a sua integridade psíquica e física, dependendo das relações nele estabelecidas. Neste segundo caso estão relacionados à violência intrafamiliar dos cuidadores e/ou responsáveis contra as crianças. As consequências desta violência são desastrosas ao desenvolvimento humano e podem ocorrer de imediato ou a longo prazo, afetando a criança, ainda na infância, ou se arrastar pela adolescência e vida adulta (VILAS BOAS, 2013).

Para analisar a situação de crianças que tiveram seus direitos violados é necessário considerar os eventos diretos e indiretos que promovam o bem-estar e a qualidade de vida dessas crianças, como também, conhecer os acontecimentos que provocam desordens desenvolvimentais. De acordo com Poletto e Koller (2008, p. 411).

Ao realizar análises sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de risco, é importante levar em consideração as características dos contextos dos quais essas crianças participam direta ou indiretamente, e as relações que estabelecem nesses ambientes.

Os estudos da relação entre fatores de risco e proteção podem auxiliar na descoberta de como estes se associam à resiliência. A resiliência consiste na possibilidade de cada indivíduo superar eventos estressores proporcionando um desenvolvimento saudável diante da exposição de episódios de risco, (BORGES, ZINGLER, 2013).

6.1 Objetivo geral

O objetivo desta dissertação é analisar os fatores de risco e de proteção, das crianças vítimas de violência sexual atendidas nos atendimentos de Psicologia Jurídica de um Serviço Escola de Psicologia (SEP).

6.2 Objetivos específicos

1. Verificar a aplicabilidade do modelo bioecológico no contexto da clínica;
2. Conhecer o perfil das vítimas de violência sexual infantil atendidas pela psicologia jurídica dentro de um Serviço Escola de Psicologia;
3. Analisar os fatores de risco e proteção encontrados nos sistemas ecológicos.

7.1 Pesquisa documental

O método empregado se constituiu pela pesquisa documental. De acordo com Silva *et al* (2009) entende-se por documentos diversas realizações elaboradas pelo homem que demonstram suas ideias, registros de sua cultura, costumes, entre outros. Quanto aos tipos, podem ser classificados de diversas maneiras, em forma de imagens, som, objetos, numéricos, escritos etc.

Santos (2004, p. 45), ampliou a lista com os tipos de documentos a serem consultados na pesquisa documental.

A pesquisa documental é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – pintura, escultura, desenho, etc, notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos.

Para Santos (2004), a partir da investigação com documentos pode-se responder a questões problemas levantadas em pesquisas, discutindo os dados encontrados e considerando o período histórico em que foram produzidos e que estão sendo consultados.

A pesquisa documental proporciona a compreensão de um determinado fato a partir da análise de documentos produzidos pelo homem, nos quais é possível compreender seu modo de vida e existência. A partir desta investigação, pode-se responder a questões problemas levantadas em pesquisas, discutindo os dados encontrados e considerando o período histórico em que foram produzidos e que estejam sendo consultados.

Os documentos utilizados foram decorrentes de atendimentos com crianças vítimas de violência sexual infantil, atendidas pela psicologia jurídica do SEP. Como fontes de informação foram utilizados alguns documentos dos prontuários de atendimentos, tendo como critérios para seleção de inclusão: ter sido atendido pela psicologia jurídica no período de 2010 a junho de 2016, com queixa de violência sexual e idade até 12 anos incompletos.

O período estipulado para a coleta de informações foi de janeiro de 2010 a junho de 2016, este período compreende a época que o serviço de psicologia passou a atuar dentro do serviço escola de psicologia. Pretendeu-se com a pesquisa conhecer os sistemas ecológicos que afetam o desenvolvimento da criança vítima de violência.

Por prontuários entendem-se documentos decorrentes dos atendimentos que estão sendo realizados ou que já foram cancelados por algum motivo (previstos no Fluxo de Rotina do serviço escola de psicologia, estes são de uso restrito aos psicólogos e estagiários do setor.

Contém nestes prontuários: cadastro do serviço social e encaminhamentos recebidos do setor demandante, a entrevista ou anamnese, o TCLE, registro de atendimento (documento que o paciente assina toda sessão que comparece no atendimento), testes aplicados, laudos emitidos aos solicitantes e outras atividades decorrentes do atendimento (FLUXO DE ROTINA, 2013).

No entanto, os documentos utilizados, que fazem parte dos prontuários, são especificamente os encaminhamentos recebidos pela instituição solicitante e os laudos encaminhados aos demandantes no período estipulado e descrito acima. Foi utilizado ainda o programa Access do SEP que cadastra todos os pacientes de psicologia jurídica, para o levantamento dos prontuários de crianças com até 12 anos incompletos a serem verificados.

É importante ressaltar que os documentos analisados foram autorizados para pesquisas acadêmicas, quando os pais e/ou responsáveis trazem a criança para o atendimento e assinam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ressalta-se, também, que foi feita uma autorização (Apêndice I), para manusear os documentos, acima listados, para a realização da pesquisa junto aos coordenadores administrativo e pedagógico do SEP, responsáveis pela guarda destes materiais, desta maneira, não houve a necessidade do presente estudo passar pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

7. 2 Local

O local escolhido para a pesquisa foi o serviço escola de psicologia, mais especificamente dos atendimentos de psicologia jurídica. A escolha do local se

deu por se constituir em um vasto campo de possibilidades em pesquisa, sobretudo na área de psicologia jurídica, pois se recebe pacientes de vários setores da esfera jurídica, também por ser a pesquisadora a responsável técnica (RT)⁴ por este serviço escola. O serviço escola de psicologia conta com um amplo espaço destinado à formação acadêmica, possibilitando ao acadêmico por meio de atividades supervisionadas de estágio, uma aproximação entre o conhecimento teórico apreendido e a prática nos atendimentos

Em 2001, foi fundado o Complexo das Clínicas da Universidade, em que se localiza o SEP, e conseqüentemente onde são realizados os atendimentos em psicologia jurídica, este consiste em um espaço com diversas modalidades de atendimento nos cursos da área da saúde. Neste complexo são ofertados atendimentos nas áreas de psicologia, fisioterapia, nutrição, atendimento jurídico e de serviço social. Tem-se ainda os atendimentos conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS), como a saúde auditiva, fisioterapia e terapia ocupacional. O horário de funcionamento do complexo é de segunda a sexta-feira, das 7h às 12h e das 13 às 17h, com exceção dos atendimentos em psicologia que funcionam até às 22h, por conta dos estágios realizados com acadêmicos do período noturno (HERNANDES, 2015).

De acordo com o Fluxo de Rotina (2013), no SEP é ofertada avaliação psicológica, terapias individuais e grupais. A terapia psicológica individual e/ou em grupo que é baseada em três abordagens psicoterápicas: Psicoterapia de Orientação Psicanalítica, Gestalt-Terapia e Terapia Cognitivo Comportamental.

Os recursos humanos do SEP são compostos pelo Coordenador do Curso de Psicologia que é o responsável pedagógico e quem responde junto ao Conselho Regional de Psicologia, pelos atendimentos realizados no SEP. Uma coordenadora administrativa do Complexo das Clínicas, dois psicólogos Responsáveis Técnicos (RT), duas estagiárias remuneradas que auxiliam os RT e dois recepcionistas, além de professores supervisores.

⁴A pesquisadora é psicóloga no SEP há 6 anos na função de responsável técnico. Segundo Cobalchini *et al* (2015) as atribuições do Responsável Técnico (RT), conforme a resolução 007/2003 do CFP, Art. 52 - § 3º “o psicólogo responsável obriga-se a verificar pessoalmente a capacitação técnica de seu estagiário, supervisionando-o e sendo responsável direto pela aplicação adequada dos métodos e técnicas psicológicas e pelo respeito à ética profissional” (resolução do CFP 007/2003, p. 13). Auxiliar os supervisores no que se refere ao cumprimento dos estágios, questões éticas e regulamentares relacionadas à prática de estágio e atendimentos realizados no serviço escola. Manter a guarda dos documentos decorrentes de atendimentos, bem como de instrumentos psicológicos antes e depois de utilizados no campo de estágio.

7.3 Procedimentos

Foi elaborado o projeto da proposta de trabalho e apresentado aos coordenadores pedagógico e administrativo. A pesquisadora fez contato com a os referidos coordenadores para assinatura da autorização da pesquisa (apêndice I), visto a necessidade do manuseio dos documentos que se encontram sob a guarda do Serviço Escola de Psicologia.

Posteriormente, foi elaborada uma planilha no programa Excel para registro da coleta de dados, com a finalidade de verificar e organizar as informações encontradas, contendo o número do prontuário, ano do encaminhamento, a idade da criança, tipo de violência sofrida, quem foi agressor, fatores de risco e fatores de proteção.

O passo seguinte foi o de identificar quantas crianças foram encaminhadas para os atendimentos de psicologia jurídica com queixas diversas, para verificar e comparar: qual o total de crianças encaminhadas ao SEP para atendimento de psicologia jurídica, destas, quantas tinham demandas de violência, da demanda de violência quantas foram encaminhadas com queixa de violência sexual infantil, para se ter um panorama geral da situação, para isto foi consultado uma planilha do Access do SEP, em que se tem os registros dos pacientes.

Foi realizada a seleção dos prontuários de todas as crianças recebidas para atendimento jurídico, por meio do programa Access do SEP. A busca foi feita pela numeração de cada prontuário, incluindo prontuários que já estavam arquivados. Assim, chegou-se a 92 prontuários de crianças atendidas no período de 2010 a junho de 2016.

Foram verificados 92 prontuários de crianças e selecionadas 53 com queixa de violência, a partir destes chegou-se aos 18 casos de violência sexual. Estes foram selecionados e analisados conforme os documentos descritos acima, os encaminhamentos do demandante e laudos enviados aos solicitantes, conforme os critérios estabelecidos, ou seja, com queixa de violência sexual; com idade de até 12 anos incompletos.

Os dados foram transcritos para a planilha do Excel mencionada anteriormente, a partir dos resultados encontrados foi feita a análise a partir da Teoria Bioecológica, dentro da abordagem qualitativa, a coleta de informações foi realizada no período de setembro a outubro de 2016.

7.4 Análise de dados

As informações coletadas foram analisadas de acordo com o modelo PPCT de Bronfenbrenner, este modelo analisa a pessoa com seus aspectos biológicos e sociais, e, como isto pode influenciar nos processos proximais, que por sua vez corresponde na maneira como as interações são estabelecidas em um ou mais contextos. Os contextos são o micro, meso, exo e macrosistemas e o tempo que corresponde desde aspectos históricos e etapas da vida da pessoa.

Para isto foram elaborados dois quadros contendo os fatores de risco e proteção, respectivamente, nestes quadros observou-se aspectos da pessoa e seus contextos micro, meso, exo e macrosistema e como os processos ocorrem. Isto foi pensado a partir da questão norteadora e dos objetivos do estudo, fundamentadas com referencial teórico específico e o conhecimento de autores sobre o assunto proposto.

Para análise dos resultados a abordagem utilizada foi à análise qualitativa, pois contempla melhor o objetivo proposto. Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa do nível de realidade que pode ou não ser quantificado.

A abordagem qualitativa procura privilegiar uma visão do todo, trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Normalmente é utilizada quando se quer analisar o conteúdo de maneira mais subjetiva, contrapondo-se ao método quantitativo que privilegia uma análise objetiva e concreta, normalmente relacionada à representação numérica ou estatística da investigação.

8.1 Perfil das crianças vítimas de violência sexual atendidas pela psicologia jurídica

A finalidade desta parte da dissertação é conhecer o perfil das crianças atendidas pela psicologia jurídica e o tipo de violência sofrida por elas. Verificou-se que de janeiro de 2010 a junho de 2016 foram encaminhadas 92 crianças de diversos locais do setor jurídico para o SEP, com queixas diversas, dentre essas, dificuldades de aprendizagem, conflitos familiares, maus tratos. Desses 92 encaminhamentos, 53 referiam-se à violência infantil (58%); este índice representa mais da metade destes encaminhamentos, dentro do período levantado, conforme tabela 1.

TABELA 1 - DEMANDAS RECEBIDAS		
Ano	Demandas recebidas	Demandas de Violência
2010	9	4
2011	14	3
2012	13	10
2013	10	5
2014	16	9
2015	18	11
2016	12	11
TOTAL	92	53

Fonte: Elaboração própria

Observa-se um aumento dos casos de crianças com queixa de violência infantil para o atendimento de psicologia jurídica, ano a ano. No primeiro semestre de 2016, de 12 crianças que foram encaminhadas para o atendimento, 11 foram de violência infantil. Grubits *et al* (2016) afirmam que os atendimentos em psicologia jurídica de casos de violência infantil aumentaram consideravelmente no SEP, com relação aos anos iniciais do serviço.

Quanto aos encaminhamentos, 90% dos casos foram indicados pelo Conselho Tutelar Norte, 8% vieram do Núcleo de Práticas Jurídicas (NUPRAJUR), e 2 % do Juizado Especial. Considera-se, que a localização do SEP, onde são realizados os atendimentos de Psicologia Jurídica, favorece essa rede de atendimento, além do que outro ponto facilitador foi a realização do Seminário de

Psicologia Jurídica, realizado em outubro de 2014, organizado pela professora - supervisora de estágio juntamente com seus alunos da graduação e pós-graduação, com objetivo de fortalecer a rede de atendimento à criança e adolescente vítima de violência. No evento em questão, os conselhos tutelares de Campo Grande – MS foram convidados a participar. Desta forma, a parceria entre os conselhos tutelares, principalmente, com Conselho Tutelar Norte, se solidificou, aumentando os encaminhamentos em 2015 e em 2016. Segundo Ippolito, (2011) a integração das instituições que lidam com o fenômeno da violência, amplia conhecimentos, experiências, promovendo maior amplitude das ações.

Sabe-se que a violência é dividida por tipos⁵, assim, pode-se verificar que a mais atendida no serviço de psicologia jurídica foi a violência sexual (tabela 2), com 34% dos casos atendidos, em seguida, observa-se a física, com 26% dos atendimentos, seguido da negligência (25%) e da psicológica (15%). Assis (2012) confirma os resultados encontrados, pois no seu estudo pode-se verificar que o tipo de violência mais comum entre crianças de 01 a 09 anos é a sexual, 41,7% das notificações; a física vêm em segundo lugar, 32,5%, seguida pela negligência/abandono, 30,05%.

Dados divulgados pelo “Disque 100”⁶ apontam em outra direção, pois segundo as denúncias efetuadas, no ano de 2015, a negligência aparece em primeiro lugar com 38,04%, em segundo a violência psicológica com 23,90%, em terceiro a violência física com 22,16%, a violência sexual aparece em quarto lugar com 11,42% das denúncias, outras violações somaram 4,48% (BRASIL, 2015). Uma possível explicação para esta discrepância entre os dados do Disque 100 e os resultados da pesquisa pode ser pela questão de que a tipologia de violência,

⁵Segundo Azevedo (1990) a violência física corresponde ao uso de força física no relacionamento com a criança ou o adolescente por parte de seus pais ou responsáveis que legitima-se no poder disciplinador do adulto e na desigualdade adulto-criança. A violência sexual configura-se como: "todo ato/jogo sexual, relação hetero/homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança/adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa" (AZEVEDO; GUERRA, 1988, p. 11). A violência psicológica também designada como "tortura psicológica", é a interferência negativa do adulto sobre a criança e sua competência social, conformando um padrão de comportamento destrutivo. A negligência, é a omissão da família na provisão das necessidades físicas e emocionais da criança ou adolescente (MARTINS; JORGE, 2009).

⁶O **Disque 100**, ou O Disque Direitos Humanos, é um serviço de proteção de crianças e adolescentes com foco em violência sexual, vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da SPDC/SDH, (MPPR, 2011).

do Disque 100 não está separada por idade, mas sim corresponde a violências cometidas contra crianças e adolescentes no geral, e no estudo em questão refere-se a uma população especificada pela idade de até 12 anos incompletos.

O Mapa da Violência divulgado em 2012 apresenta dados em que a violência física aparece em primeiro lugar com 40%, para a faixa etária de 15 a 19 anos, já para os menores de 5 a 14 anos a incidência maior, 20%, corresponde à violência sexual (WASELFISZ, 2012). Esses resultados correspondem aos dados obtidos na pesquisa de que se fala, assim pode-se constatar que este fenômeno é de ordem nacional.

Na pesquisa realizada observou-se que o crescimento da violência sexual foi progressivo até o ano de 2012, tendo um declínio em 2013-2014 e um aumento significativo em 2015-2016 (Tabela 2). No primeiro semestre desse ano, os casos de violência sexual representaram 50% do total dos casos recebidos, lembrando que estas informações foram computadas em apenas 6 meses.

Com relação ao sexo das crianças atendidas pela psicologia jurídica, vítimas de abuso sexual, 67% era do gênero feminino.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO POR ANO E TIPO DE VIOLÊNCIA

ANO	PSICOLÓGICA	FÍSICA	SEXUAL	NEGLIGENCIA	Total
2010	2	1	1	0	4
2011	0	0	2	1	3
2012	3	2	3	2	10
2013	1	1	0	3	5
2014	2	2	2	3	9
2015	4	2	4	1	11
2016	2	0	6	3	11
TOTAL	8	14	18	13	53
PORCENTAGEM	15%	26%	34%	25%	100%
MENINAS	8%	17%	26%	14%	
MENINOS	7%	9%	12%	11%	

Fonte: elaboração própria

Esse resultado se repete no relatório do Mapa da Violência em 2012 e 2015. De acordo com o Mapa da Violência de 2015, no Mato Grosso do Sul, a incidência de violência foi de 33.148 para o gênero masculino e 43.537 para o gênero feminino (WASELFISZ, 2015). Em 2011 foram atendidos 10.425 casos de

violência sexual, conforme dados notificados pelo SUS, destes 83,2% eram do gênero feminino (WAISELFISZ, 2012). Dados do Disque 100 também apontam para a predominância de violência sexual no gênero feminino, em que corresponde a um total de 54% das denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes, (BRASIL, 2016). O gênero feminino representa o grande percentual de vítimas da violência sexual (WAISELFISZ, 2012; BRASIL, 2016).

Em se tratando da idade em que a criança foi abusada, o Disque 100 e o mapa da violência de 2012 apontam para a idade prevalente de 04 a 10 anos (WAISELFISZ, 2012; BRASIL, 2016). Este dado, também, foi encontrado no estudo em questão, pois 39% das crianças atendidas no serviço tinham idade de até 10 anos.

O perfil do agressor das crianças vítimas de abuso atendidas mostra que 75% era um membro da família nuclear. O Disque 100 aponta que em 58% das denúncias realizadas, o perfil do agressor é o pai e/ ou a mãe (BRASIL, 2015). O Mapa da Violência, também aponta como possíveis agressores, nos casos de violência sexual infantil, membros da família nuclear, ou seja pai, mãe, padrasto, madrasta, irmão. Estes membros da família representam 30,9% dos agressores, em segundo aparece amigos e/ou conhecidos com 22,1% e desconhecidos com 16,9% (WAISELFISZ, 2012).

Devido à sua multicausalidade não é possível estabelecer as causas únicas do aumento da violência infantil, no entanto, alguns fatores do macrossistema, como os, econômicos, sociais, religiosos, midiáticos e culturais podem estar presentes na relação da violência acometida contra crianças e adolescentes (DE ANTONI; BARONE; KOLLER, 2007; MINAYO; CAPURCHANDE, 2011; RUSSO *et al*, 2014).

Muitas campanhas têm sido realizadas pelo UNICEF, *Savethe Dream* e o Governo Federal, para mobilizar e sensibilizar a população, para romper o silêncio e registrar no disque 100 e no aplicativo Proteja Brasil, denúncias de casos de violência cometidos contra crianças e adolescentes (UNICEF, 2014; BRASIL, 2015). Em maio de 2016, diante dos dois casos de estupros coletivos ocorridos

com adolescentes do Piauí e Rio de Janeiro⁷. Em decorrência do acontecido o UNICEF declarou a campanha “Tolerância Zero” às graves violações de direitos humanos cometidas contra crianças e adolescentes (ONU-BR, 2016).

O grande desafio para o governo e para as instituições que primam pelos direitos da criança e do adolescente é fazer com que o pacto de silêncio nas famílias seja rompido, este pacto pode ser considerado como um dos fatores que provocam o aumento de casos de violência infantil, pois proporciona a impunidade aos agressores (UNICEF, 2015).

8.2 Fatores de risco de crianças vítimas de violência sexual atendidas pela psicologia jurídica

Para analisar a situação de crianças que tiveram seus direitos violados é necessário considerar os eventos diretos e indiretos que promovam o bem-estar e a qualidade de vida dessas crianças, como também, conhecer os acontecimentos que provocam desordens desenvolvimentais.

Ao realizar análises sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de risco, é importante levar em consideração as características dos contextos dos quais essas crianças participam direta ou indiretamente, e as relações que estabelecem nesses ambientes (POLETO; KOLLER, 2008, p. 411).

Os estudos da relação entre fatores de risco e proteção podem auxiliar na descoberta de como estes se associam à resiliência. A resiliência consiste na possibilidade de cada indivíduo superar eventos estressores proporcionando um desenvolvimento saudável diante da exposição de episódios de risco, (BORGES, ZINGLER, 2013)

Frente ao Modelo Bioecológico, e os 18 casos de violência sexual analisados, foram analisadas as informações contidas nos encaminhamentos e laudos, obedecendo ao critério de; I- evidências de eventos positivos (fator de proteção) e, II- evidências de eventos negativos (fator de risco). Diante da

⁷ESTADÃO DE SÃO PAULO. ONU Mulheres lança nota sobre estupros coletivos no RJ e PI. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/05/26/onu-mulheres-lanca-nota-sobre-estupros-coletivos-no-rj-e-pi.htm>. Acesso em: 02/11/2016.

classificação realizada, categorizaram-se estes dados frente aos núcleos do Modelo PPCT, ou seja, pessoa, processo, contexto e tempo.

QUADRO 1 - FATORES DE RISCO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL				
Pessoa (Eu Ecológico)	Microssistema Família	Mesosistema	Exossistema	Macrossistema
-Dificuldades de aprendizagem (12) 67% -Diminuição das habilidades sociais (10) 55% - Comportamento sexual inadequado para idade (6) 33% - Agressividade (13) 72% - Gagueira (3) 17% - Insegurança (10) 55% -Introversão (11) 61% - Irritabilidade (7) 39% - Isolamento (8) 44%	- Abuso intrafamiliar pelo pai ou padrasto (11) 61% -Negligencia frente ao abuso (9) 50% -Manutenção segredo (12) 67% -Práticas punitivas de correção (13) 72% - Separação pais (10) 55% -Brigas e desentendimentos constantes dos pais (11) 61% -Problemas de comunicação familiar (7) 39% - Famílias diferentes do pai e da mãe (12) 67% -Problemas de convivência intrafamiliar (13) 72% - relações sexuais extraconjugais dos pais (4) 22% -problemas de convivência com segunda família (6) 33% Situações de abusos recorrentes (5) 28% - uso de substâncias psicoativas pelos pais (5) 28% -histórico de abandono dos pais (5) 28%	-Desistência do atendimento psicológico (7) 39% -Mudança de comportamento na escola (8) 44% - Dificuldades de cumprir regras na escola (4) 22%	Não foram identificados fatores de risco no exossistema.	-Cultura da violência contra mulher (12) 67% - Cultura de práticas punitivas corporais (13) 72%

O fator de risco é compreendido na literatura com significado de algo que desorganiza o equilíbrio do sujeito, estes fatores podem produzir determinados comportamentos desadaptados, interferindo, assim, nas relações, contextos e no desenvolvimento da pessoa. Os fatores de proteção são relevantes neste processo, pois tem como função minimizar os riscos e aumentar a possibilidade de adaptação e resiliência da pessoa (DE ANTONI; BARONE; KOLLER, 2007).

8.2.1 Pessoa (Eu Ecológico)

É o núcleo da abordagem Bioecológica do desenvolvimento que se refere às características do indivíduo em desenvolvimento, como sexo, raça, crenças, atividades, temperamento, metas, motivações, valores e expectativas. Todas essas características influenciam os contextos experiência dos pela pessoa e a maneira pela qual os outros lidam com ela, nutrindo ou rompendo o desenvolvimento psicológico. Na Teoria Bioecológica “a pessoa” apresenta a disposição que coloca em movimento os processos proximais; os recursos e habilidades para a efetivação desses processos e a demanda que bloqueia ou dinamiza as respostas do meio ecológico frente as características pessoais (MARTINS; SZYMANSKI, 2004).

Nos dados analisados, foram encontrados no núcleo pessoa, os seguintes resultados: 12 crianças apresentavam dificuldades de aprendizagem, 10 apresentavam diminuição das habilidades sociais. As queixas comportamentais relatadas foram: 06 crianças com comportamento sexual inadequado para idade, 13 crianças com comportamentos de agressividade, 10 crianças apresentando insegurança, 11 com introversão, 8 com isolamento, 7 com irritabilidade e 3 crianças com gagueira.

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF (2006) as consequências da violência contra crianças variam de acordo com a natureza e severidade do ato, porém, as repercussões de curto e longo prazos são frequentemente graves e prejudiciais. A violência na infância pode desencadear problemas de ordem física, social, emocional e cognitivo ao longo da vida da criança; quadros comuns encontrados nesses casos dizem respeito à ansiedade, distúrbios depressivos, alucinações, desempenho afetado no trabalho, distúrbios de memória, comportamento agressivo, doenças pulmonares, cardíacas e

hepáticas, iniciação prematura da atividade sexual, doenças sexualmente transmissíveis e óbito fetal na gravidez, bem como, posteriormente, violência com parceiros íntimos, tentativas de suicídio e abuso de substâncias psicoativas.

No estudo realizado observou-se que as crianças apresentaram mudanças de comportamento como irritabilidade, insegurança, nervosismo, isolamento, condutas sexualizadas, problemas de aprendizagem, diminuição das habilidades sociais, agressividade, gagueira e isolamento, dados esses que se aproximam do relatório da Unicef (2006) e dos estudos de Day *et al.* (2003).

Esses comportamentos podem estar associados à situação de violência, como também, da dinâmica do microssistema família que se caracteriza pelo abandono, pobreza, separação dos pais, falta de apoio familiar, dependência financeira do abusador, convivência com novas figuras parentais, violência física, brigas constantes do casal, entre outros fatores, demonstrando assim, uma desorganização ecológica que pode interferir no desenvolvimento global das crianças.

8.2.2 Microssistema– família

O microssistema, na proposta de Bronfenbrenner, é constituído pela família, escola, enfim os ambientes em que a criança desenvolve papéis face a face, que no caso deste estudo, é a família que chega ao SEP.

Estas famílias são encaminhadas pelos conselhos tutelares, juizados especiais, Núcleos de Práticas Jurídicas, com a queixa de violação dos direitos infantis, para uma avaliação psicológica e posteriormente atendimento psicoterapêutico da criança vítima de violência sexual.

São considerados os ambientes mais imediatos nos quais vive a pessoa em desenvolvimento. Para compreender o microssistema, é necessário compreender como se configura as casas das famílias, em seus aspectos físicos, como também as interações entre seus membros, tipos de conflitos, cuidados entre membros, punições e brincadeiras existentes nessas interações, (MARTINS, SZYMANSKI, 2004).

Como verificado no Fluxo de Rotina (2013) e no Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia (2013), o serviço atende famílias de baixa renda do entorno

da universidade, isto confirma o estudo de Minayo (1994), esta explica que entre a população menos abastada a violência é mais revelada e existe maior acesso dos pesquisadores, por isso é mais denunciada, o que não implica em não ocorrer nas famílias mais abastadas, porém nestas, muitas vezes, nesta situação são veladas as informações.

Narvaz e Koller, (2004) apontam que o meio ambiente em que coexiste a miséria, como falta de segurança, desemprego, escassez de recursos, está atrelado à condição de risco e vulnerabilidade da pessoa. Cecconello e Koller (2003) concluíram que a pobreza e a violência existentes na comunidade tendem a potencializar os efeitos negativos associados com fatores de risco internos à família, como a violência sexual intrafamiliar e o alcoolismo.

Nas análises realizadas, no núcleo microssistema família, observou-se que: 11 crianças sofreram abusos sexuais no lar, em 05 casos havia relatos de situações de abusos recorrentes, sendo que 5, tinham histórico de abandono, 9 delas, vivenciaram negligência frente ao abuso, 12 famílias mantiveram o abuso em segredo, 13 vivenciavam práticas punitivas de correção, 10 tinham os pais separados, 13 apresentavam problemas de convivência intrafamiliar, 11 presenciavam brigas e desentendimentos constantes dos genitores e, e 12 registros relataram que os pais constituíram novas famílias, 7 apresentavam problemas de comunicação familiar, 06 documentos pesquisados apontaram que as crianças tinham problemas de relacionamento com as novas famílias constituídas, em 5 famílias foi constatado o uso de substâncias psicoativas pelos genitores, 4 relatos dos documentos apontaram para relações sexuais extraconjugais dos pais, sendo que as crianças estavam presente na residência no momento do ato.

De Antoni e Batista (2014) consideram esses eventos como fatores de risco. A violência física e os desentendimentos no microssistema família, apresentam rupturas e fragilidades dos processos proximais desse contexto; as autoras demonstram que há uma assimetria nas relações de poder, gerando, desta feita, conflitos e violência, que pode estar, também ligada à violência sofrida pelos pais na sua infância.

Narvaz e Koller (2004) apontam que o meio ambiente que coexiste a miséria, como falta de segurança, desemprego, escassez de recursos, está

atrelado à condição de risco e vulnerabilidade da pessoa. Cecconello (2003) concluiu que a pobreza e a violência existentes na comunidade tendem a potencializar os efeitos negativos associados com fatores de risco internos à família, como a violência intrafamiliar, o alcoolismo e a depressão materna.

Bittar e Nakano (2011, p. 2) identificaram uma prática recorrente dos pais, em relação a condutas punitivas como forma de educar, por motivos de aspectos de uma “cultura que compreende os castigos ou punições corporais e a desqualificação moral ou a humilhação da pessoa como recursos de socialização e práticas educativas”. Este tipo de alegação é constantemente justificada pela mediação da cultura e sociedade, construído ao longo da história de que esta é a melhor forma de educar e corrigir os comportamentos dos filhos.

Outro fator de risco a ser considerado foi a separação dos pais, para Bronfenbrenner (2002) este fenômeno pode interferir nas relações dos membros do microssistema. Nos casos de abuso sexual atendidos pela psicologia jurídica, os genitores já haviam constituído outra família e grande parte das crianças não conseguiram estabelecer um vínculo de afeto e segurança com a nova figura parental (padrasto e madrasta), conforme se evidenciou nos casos analisados em que as crianças moravam com o pai e madrasta, ou com a mãe e padrasto, não tinham diálogo e afeto, além disto, observou-se nos relatos que havia no microssistema familiar problemas de inter-relacionamento e de comunicação com os pais.

Segundo Wendt (2006) a separação e/ou o divórcio, geralmente propicia um sentimento emocional negativo na criança e conseqüentemente gera uma diminuição na reciprocidade e dificulta o equilíbrio nas relações de poder, as conseqüências são várias como, por exemplo, a rebeldia e desobediência dos filhos. Alves e Emmel (2008, p. 8) afirmam que a separação e o recasamento de um dos pais ou de ambos constitui-se em um desafio para a criança em desenvolvimento, pois são permeados por eventos estressores que podem possibilitar sintomas como: “depressão, ansiedade, irritabilidade e, principalmente, uma interferência na capacidade dos pais para o desempenho de suas funções parentais”.

A comunicação é um fator muito importante e foi identificada a falta e/ou precariedade nos casos pesquisados. Segundo Siqueira, Arpini, Savegnago

(2011), o estabelecimento do diálogo é muito importante para o favorecimento ou não de uma maior adaptação da criança, assim pode ser entendido tanto como um fator de proteção, quando a criança se sente segura e confiante em expor aos pais a situação vivida, no entanto sua ausência pode ser evidenciada como um fator de risco, demonstrando insegurança e falta de confiança, evidenciando um vínculo afetivo fragilizado.

Um dos fatores de risco evidenciado na pesquisa foi o ‘segredo’ em relação à violência, as mães dificilmente denunciaram o abuso, Isto foi verificado nos casos em que a agressão foi acometida pelo pai ou pelo padrasto. Nos casos em que o abusador foi o padrasto, quem foi apontado como denunciante do abuso foram: pai, madrasta e avós, nos casos em que o pai foi o agressor a denunciante que mais apareceu foram as avós; dos 11 casos de abuso acometidos pelos pais e padrastos somente 3 foram denunciados pelas mães.

Esse dado também foi encontrado nas pesquisas de Siqueira, Arpini, Savegnago (2011, p. 9), “geralmente é a mãe a pessoa para quem a vítima expõe a situação de violência, e o modo como a mãe responde a essa revelação exerce muita influências sobre a capacidade de enfrentamento dessa experiência”. Para os autores esta omissão pode estar relacionada a ameaças do agressor, além de pensamentos disfuncionais desta mulher que se vê fracassada em seu papel de mãe, perante a sociedade.

Os agressores do estudo em questão, na maioria, são pais e padrastos, 61% dos casos atendidos. Araújo (2002) relata em sua pesquisa que nos casos de violência intrafamiliar envolvendo abuso sexual infantil, 80% dos agressores eram homens adultos — pai biológico, padrasto e irmão, e as vítimas crianças e adolescentes do sexo feminino. Apenas em 3% dos casos atendidos as vítimas eram meninos. Estudo de Martins e Jorge (2009) mostra que o padrasto (30,1%) foi o agressor com maior frequência de registro concordando com os dados dessa pesquisa.

Segundo Melo, Silva e Caldas (2009) a maior incidência quanto ao agressor refere-se a parentes próximos. Este dado da proximidade parental do agressor é bastante observado na literatura. Os abusos intrafamiliares trazem consequências devastadoras e sentimentos ambíguos, pois aqueles que deveriam proteger e cuidar são os que cometem a agressão, portanto, a

exposição à violência inter-parental, direta ou indireta são importantes fatores de vulnerabilidade.

Nos documentos analisados observou-se que o silêncio frente ao abuso impera por parte das mães, há negligência e convivência da mãe com essa situação, que, na maioria das vezes, não realizou a denúncia, chegando a duvidar da criança, quando soube do fato; esses eventos contribuem com o pacto do silêncio. Santos e Dell'Aglia (2008) apontam para diversos fatores que podem influenciar nesta atitude de silêncio da mãe, tais como a experiência de algum tipo de violência física ou sexual intra-familiar, sofrido pela mãe na infância, bem como a falta de rede de apoio familiar, falta de independência afetiva e financeira e possível perda da família. Pode-se perceber que sua história de vida, bem como o modelo de família idealizado e a falta de apoio social e familiar também pode influenciar na maneira como a mãe encara a situação de abuso dos filhos.

A partir da revelação do segredo por parte da criança passam a ocorrer mudanças no ambiente familiar, novos papéis precisam ser estabelecidos e por vezes a criança precisa sair do contexto familiar nuclear para uma nova família parental, ou em caso de não ter esta família ela é encaminhada à casa de acolhimento, o que pode gerar sentimentos de preocupação, medo, arrependimento, tornando-se mais uma fonte de estresse (HABIGZANG; RAMOS; KOLLER, 2011).

8.2.3 Mesossistema

O mesossistema diz respeito às relações estabelecidas entre dois ou mais microssistemas, nos quais a pessoa em desenvolvimento participa. O mesossistema se amplia sempre quando a pessoa passa a participar de um novo ambiente. De acordo com Bronfenbrenner (2002) os processos proximais que se dinamizam nesses ambientes são interdependentes e se influenciam mutuamente, consequentemente, a interação de uma pessoa em um local, é influenciada pelos outros ambientes ecológicos que participa (POLETTTO; KOLLER, 2008).

Este tipo de relação entre a família e os profissionais do SEP e das instituições demandantes implica na maior ou menor, adesão ao tratamento da

criança. Segundo Cecconello, De Antoni e Koller (2003) se existe falta de conexão entre os ambientes, o mesossistema não se configurará como uma rede, produzindo um fator de risco.

No estudo realizado, no núcleo mesossistema, 7 famílias desistiram do atendimento psicológico, 8 crianças apresentaram mudança de comportamento na escola e 4 manifestaram dificuldades de cumprir regras na escola. Verificou-se que as condutas das crianças expressadas nos outros contextos ecológicos refletiam os acontecimentos de suas casas.

O atendimento de Psicologia Jurídica é um dos contextos de atenção à criança vítima de violência e este serviço se relaciona com a instituição demandante (Conselho tutelar, juizado, Nuprajur), esta configuração da rede de atendimento aos casos de violência, especificamente, do atendimento de psicologia jurídica é caracterizada pela resistência da maioria das famílias diante da imposição judicial do atendimento, (ARAÚJO, 2002).

8.2.4 Exossistema

Não foram identificados fatores de risco no exossistema, este é o contexto não frequentado diretamente pela pessoa, mas que influencia no seu desenvolvimento; os serviços de saúde, de assistência social, de educação e de direitos, proporcionam uma rede de apoio para essas crianças vítimas da violência. Embora não se tenha identificado nos documentos pode-se notar, que a criança/família encaminhada para o atendimento psicologia jurídica, está sendo influenciada pela rede de proteção à criança, acionada pela questão da violência e por tal têm que atender os encaminhamentos e orientações do conselho tutelar, juizado e outras instituições que estão cumprindo a normativa nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente. Cecconello, De Antoni e Koller (2003) apontam que as redes de apoio social e afetivo colaboram para a proteção e saída das situações estressoras, fornecendo subsídios para as práticas educativas familiares.

Em alguns casos, os pais e irmãos também são encaminhados para atendimento psicológico, pois quando o microssistema família está enfrentando um problema sério, como no caso da violência sexual infantil, é necessária uma

intervenção neste sistema e não somente com a criança, no entanto, na maioria das vezes eles não aceitam este acompanhamento.

8.2.5 Macrossistema

No macrossistema verificou-se a cultura da violência contra mulher 67% e a cultura de práticas punitivas corporais 72%. Este sistema é constituído pelas ideologias, crenças, valores, religiões, formas de governo, culturas e subculturas, situações e acontecimentos históricos presentes no cotidiano das pessoas e que influenciam seu desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2002). Assim, a cultura na qual os pais foram educados, os valores e as crenças transmitidos por suas famílias, a legislação nacional, ordenamento jurídico de proteção integral da criança, as políticas públicas, a ciência e tecnologia influenciam a pessoa e os diversos contextos.

De acordo com Araújo (2002), pode-se observar a reprodução de uma cultura familiar de violência e abuso sexual que é protegida pela lei do silêncio. Várias gerações da família podem guardar esse segredo.

(...) Há um mito em torno dele, não se fala, mas todos sabem ou parecem saber da sua existência, mesmo que ignorem o conteúdo; mas silenciam, num pacto inconsciente com o agressor ou em nome de uma pseudo-harmonia familiar". Nas famílias incestuosas a lei de preservação do segredo familiar prevalece sobre a lei moral e social. É por isso que é tão difícil a denúncia e a sua confirmação. A criança ou adolescente vitimada reluta em denunciar o agressor (pai, padrasto ou irmão, pois corre o risco de ser desacreditada, insultada, punida ou até afastada de casa sob a acusação de destruir a harmonia e a unidade familiar (ARAÚJO, 2002, p.10).

Nos documentos analisados foram encontrados relatos de práticas punitivas e naturalização da violência contra crianças do sexo feminino, o que se leva a pensar na influência do macrossistema cultural patriarcal e sexista nos casos da violência infantil.

De acordo com Villas Boas (2013, p. 27), esta prática representa a falta de entendimento e compromisso com os direitos das crianças, para a autora "alguns valores e crenças são destacados, como as crenças de que os pais têm a posse dos filhos, a ausência de compromisso com os direitos da criança e a aceitação

da punição física em uma dada cultura”. Um fato que evidencia isto é a visibilidade da violência predominante em crianças do gênero feminino, na maneira como ela se estabelece e o fato dos agressores serem predominantemente do gênero masculino, sendo pais e padrastos. O patriarcado compreende o reconhecimento social do poder e dominação do homem sobre a mulher e filhos e na transmissão destes valores por meio da cultura.

No Macrossistema foi possível observar características relacionadas ao macrotempo, em que as famílias ainda apresentam resquícios do patriarcado, sistema em que as mulheres e filhos são considerados submissos à figura paterna, revigorando o sistema punitivo como forma de educar e impor limites aos filhos. As informações coletadas confirmam a presença de fatores sócio-históricos e culturais que impactam na maneira como a violência tem sido praticada e compreendida ao longo do tempo.

8.3 Fatores de proteção de crianças vítimas de violência sexual atendidas pela psicologia jurídica

O fator protetivo faz-se necessário e importante para o desenvolvimento saudável da criança abusada, pois a partir dele é que se podem estabelecer certas medidas, como o afastamento do agressor e atendimento psicossocial da criança e família, rompendo, desta feita, com o ciclo de violência, e buscando novas alternativas para a proteção e guarda da criança, que em muitos casos, é a inserção dela em uma nova configuração familiar e/ ou em casa de acolhimento.

Alguns fatores de proteção foram encontrados e classificados de acordo com o critério de evidências de eventos positivos relatados pela família, pela criança e pelos profissionais que atenderam esta clientela e registrados nos encaminhamentos e laudos. Diante desta classificação realizada, se categorizou estes dados frente aos núcleos: pessoa, microssistema - família, mesossistema, exossistema e macrossistema, observadas na tabela 4:

QUADRO 2 - FATORES DE PROTEÇÃO EM CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL				
Pessoa (Eu ecológico)	Microssistema Família	mesossistema	exossistema	macrossistema
<ul style="list-style-type: none"> - Enfrentou a situação e denunciou o abuso (18) 100% - Atendimento psicológico (18) 100% - Inteligente (6) 33% 	<ul style="list-style-type: none"> - Família ampliada assumiu os cuidados, frente à prisão pais (5) 28% - Rompimento do segredo (6) 33% 	<ul style="list-style-type: none"> - Interação entre escola e família (6) 33% - Rede de apoio familiar ampliada e rompimento do segredo (12) 67 % 	<ul style="list-style-type: none"> - Legalização da guarda por familiar (6) 33 % - Atendimento psicoterápico da mãe 5 (28%) 	<ul style="list-style-type: none"> - inserção na política pública de proteção contra violência sexual (18) 100% - inserção na política pública de apoio à educação (9) 50%

8.3.1 Pessoa (Eu ecológico)

Os resultados da análise demonstram que as 18 crianças atendidas apresentaram características pessoais de enfrentamento, pois conseguiram transpor o pacto de silêncio familiar e denunciar o abuso, se dispondo, indiretamente, a enfrentar as dificuldades que a revelação impõe. Vale pontuar que todas as crianças estavam em avaliação psicológica. Alguns fatores de proteção são fundamentais ao desenvolvimento, Inteligente 33% da crianças apresentaram o fator inteligência. Segundo Cecconello (2003), esta característica manifesta-se, bem como a autonomia, autoestima, bem-estar subjetivo e orientação social positiva, além de competência emocional, representação mental de afeto positivo e inteligência. Os recursos individuais e institucionais podem encorajar e reforçar a pessoa a lidar com as circunstâncias da vida (POLETTI; KOLLER, 2008).

A atitude de denunciar a situação da violência sexual constitui-se um fator protetivo, pois isto simboliza o rompimento com a violência (SIQUEIRA; ARPINI; SAVEGNAGO, 2011; BORGES; ZINGLER, 2013). Na pesquisa, percebeu-se que houve 100% de denúncias, uma vez que todos os casos já estavam sendo investigado pelo Conselho Tutelar Norte, pois estes foram provenientes de encaminhamentos deste Conselho. A denúncia partiu em 33% da família nuclear e 67% da família ampliada. Assim a rede social e afetiva que se forma, tais como: Conselho Tutelar, família, escola e amigos, pode se constituir em uma importante

rede de proteção, minimizando os efeitos de riscos às vítimas de abuso sexual (BORGES; ZINGLER, 2013).

8.3.2 Microsistema– família

Nos casos analisados, 100% das crianças revelaram o segredo, seja para a mãe e/ou para um parente próximo, que promoveu a denúncia aos órgãos competentes. Este rompimento do segredo nem sempre ocorre de imediato, mas é um fator protetivo necessário e importante, pois a partir dele é que se pode estabelecer certas medidas, como o afastamento do agressor, inserção da criança em uma nova configuração familiar, mais segura e protetiva, rompendo, desta feita, com o ciclo de violência.

Com relação ao apoio afetivo familiar, Santos e Dell’Aglio (2008) apontam que enquanto fator de proteção, o apoio da família consiste em um importante suporte para a criança vítima de abuso sexual, pois atua no processo de resiliência, fortalecendo a criança para o enfrentamento da situação e possibilitando menores danos ao desenvolvimento. Verificou-se, em 05 casos, que outro familiar assumiu os cuidados da criança, e em 06 casos havia uma rede de apoio familiar que favoreceu o rompimento do segredo. Na pesquisa identificou-se uma maior rede de apoio na família ampliada da criança, sendo que a mãe, com quem a criança na maioria das vezes conta sobre a violência sofrida, foi onde a criança teve menos apoio, conforme descrito nos fatores de risco.

A rede de apoio foi encontrada na outra família dos pais separados, avós e tios, que acabaram por assumir, por vezes, a guarda da criança. Borges e Zingler (2013) afirmam que não é importante somente o apoio da família nuclear, mas também da família ampliada. A família ampliada pode atuar como rede de apoio à vítima, uma vez que consiste nos relacionamentos afetivos e com significado para a criança, podendo proporcionar que esta consiga minimizar os riscos do evento estressor por meio deste apoio.

Habigzang, Ramos e Koller (2011) afirmam que só é possível estabelecer um contexto de proteção se a vítima for afastada do agressor. Para Habigzang *et al* (2006), muitas vezes, faz-se necessário uma reorganização familiar, pois na configuração da violência sexual intra-familiar é necessário o afastamento do

agressor, esta reorganização ocorre na medida em que a família não consegue estabelecer um ambiente saudável e de proteção à criança.

Nestes casos a criança vai para uma casa de acolhimento e/ou é adotada por um familiar mais próximo. Segundo Siqueira, Arpini e Savegnago (2011), isto pode provocar um sentimento de culpa na criança, vítima de violência sexual, esta se sente responsável pela segregação da família nuclear. Já as que vão para as casas de acolhimento, percebem este ambiente como uma forma de castigo pelo abuso praticado. Na pesquisa percebeu-se que em 33% dos casos de abuso, as crianças precisaram ser adotadas por membros da família ampliada, para que fossem afastadas de seus agressores, como forma de proteção, até da própria mãe que não acreditou na criança chegando a culpá-la pelo ocorrido.

Segundo Cecconello, De Antoni e Koller, (2003, p. 2) o microssistema família deve ser a principal “fonte de segurança, proteção, afeto, bem-estar e apoio para a criança”, pois é neste que a criança experimenta as primeiras sensações de afeto, suas atividades e desenvolve seus primeiros papéis sociais. É nele também que a criança desenvolve o senso de permanência, que está diretamente relacionada à estabilidade, por meio da organização familiar e das atividades corriqueiras do dia a dia. Desenvolve ainda o senso de estabilidade, que se forma por meio da percepção da criança, na medida em que esta se sente segura e protegida na presença da família.

8.3.3 Mesossistema

Em 12 casos analisados, constatou-se que a rede de apoio familiar ampliada favoreceu o rompimento do segredo e em 06 casos percebeu-se que as relações de interação e apoio do microssistema escola e microssistema família atuam em prol do melhor desenvolvimento da criança.

Segundo Borges e Zingler (2013), percebem-se como fatores de proteção os atendimentos psicológicos realizados com as vítimas, oferecidos pelas redes de proteção. Nos encaminhamentos realizados pelo Conselho Tutelar Norte aos atendimentos de Psicologia Jurídica, as vítimas são direcionadas para avaliação, e, sendo identificada alguma possibilidade de alteração e/ou desadaptação no desenvolvimento desta criança, ela vai para atendimento, em muitos casos as mães também são aconselhadas a fazer o atendimento psicoterápico.

Assim, esses profissionais da área de psicologia podem auxiliar a vítima de violência sexual, possibilitando um suporte, orientando os pais e fortalecendo aspectos protetivos desta rede social e afetiva, constituindo este tipo de atendimento, um importante papel de proteção e adaptação da criança, aumentando sua resiliência frente ao evento estressor ocorrido. “Nesse sentido, um alto nível de apoio social está associado à capacidade da pessoa de enfrentar as adversidades e melhorar o funcionamento pessoal, promovendo o processo de resiliência” (BORGES; ZINGLER, 2013, p. 8).

De acordo com Cecconello, De Antoni e Koller (2003), o apoio social à família abusiva consiste em um importante recurso para a interrupção do ciclo de violência, que por vezes se estabelece nestas famílias, assim se o ambiente oferecer o estabelecimento de novos vínculos sociais e afetivo, possivelmente irá promover recursos para o fortalecimento deste microssistema, tornando a família mais resiliente e menos vulnerável à violência.

A rede de apoio social afetiva é de extrema relevância no processo de proteção e superação da criança frente à violência sexual infantil. No entanto, na pesquisa realizada pôde-se identificar um baixo apoio da parte da família nuclear, em contrapartida, a família ampliada demonstrou apoio e integração à rede de proteção.

Das 18 crianças que sofreram violência sexual todas foram encaminhadas para atendimento, destas, apenas 28 % fizeram acompanhamento psicoterapêutico por um tempo determinado de 1 a 3 meses. Destas 28% que aceitaram o tratamento 11%, correspondem as que foram encaminhadas em 2016, sendo assim estas ainda continuam em atendimento. As outras crianças que correspondem a 72% não continuaram o atendimento devido à recusa dos pais e/ou responsáveis em levá-las para a psicoterapia.

Autoras como Borges e Zingler (2013) afirmam que há lacunas nesta rede de apoio, oferecendo riscos ao desenvolvimento dessas crianças, tais como a falta de comunicação entre os órgãos de proteção, impossibilitando uma intervenção interdisciplinar. Este fato pode interferir na rede de proteção, possibilitando às vezes, a permanência da vítima em situação de risco diante da revelação do abuso sexual.

8.3.4 Exossistema

Os exossistemas são os contextos não frequentados diretamente pela pessoa, mas que influenciam no seu desenvolvimento; os serviços de saúde, de assistência social, de educação e de direitos, proporcionam uma rede de apoio para essas crianças vítimas da violência. De Antoni e Koller (2003) apontam que as redes de apoio social e afetivo colaboram para a proteção e saída das situações estressoras, fornecendo subsídios para as práticas educativas familiares.

Pode-se notar, que a criança/ família encaminhada ao SEP está sendo influenciada pela rede de proteção à criança, instalada pela questão da violência sexual e por tal têm que atender os encaminhamentos e orientações do conselho tutelar, juizado e outras instituições que estão cumprindo a normativa nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente.

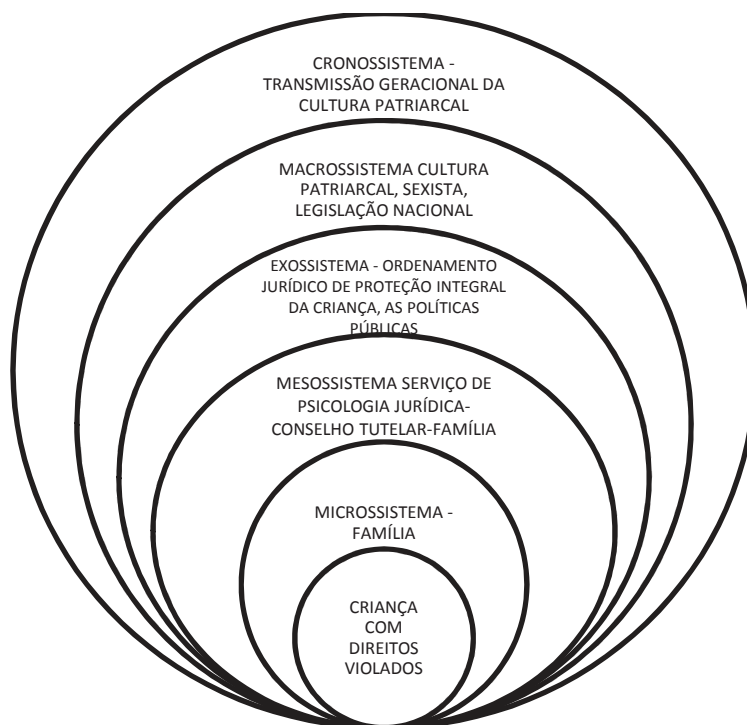
Cecconello, De Antoni e Koller (2003) apontam que as redes de apoio social e afetivo colaboram para a proteção e saída das situações estressoras, fornecendo subsídios para as práticas educativas familiares. Na pesquisa realizada, verificou-se que os 18 casos denunciados nos órgãos competentes afastaram o agressor e, conseqüentemente, apoiaram a vítima, 6 crianças foram afastadas do contexto ecológico de risco e legalizada a guarda por outro familiar, 5 mães foram encaminhadas e estavam em acompanhamento psicoterápico.

8.3.5 Macrossistema

Pensando nas macro instituições, tais como: a legislação nacional, ordenamento jurídico de proteção integral da criança, as políticas públicas, a ciência e tecnologia, verificou-se a grande influência exercida na pessoa e comunidade, os dados analisados demonstraram que todas as crianças estavam inseridas nesses contextos macroestruturais, ou seja: as políticas públicas de proteção contra violência sexual e de apoio à educação e saúde, uma vez que as crianças estavam em acompanhamento nestas instituições.

Abaixo se apresenta a Figura 2 que pretende representar, através do Modelo Bioecológico de Desenvolvimento, a ecologia dos atendimentos em Psicologia Jurídica no atendimento a violência infantil.

Figura 2. A Bioecologia da violência infantil e o atendimento de psicologia jurídica



Fonte: elaboração própria

Finalmente, observou-se que a violência infantil, também, está circunscrita ao cronossistema, haja vista, que este fenômeno tem como variável a transmissão geracional. A história mostra que a violência tem suas origens no patriarcalismo que naturaliza o poder do homem sobre mulheres e crianças.

A violência sexual intrafamiliar tem obtido grande destaque nas mídias e constantemente verificam-se diversas notícias acerca desta natureza da violência, além de programas e campanhas desenvolvidos por Instituições governamentais e não governamentais, para a prevenção da mesma. O fenômeno da violência sexual intrafamiliar só ganhou força e reconhecimento após a constatação de perdas sociais e econômicas registradas pelo governo.

Trata-se de um problema abrangente, multidimensional, temporal que envolve vários aspectos que influenciam a sua inserção e manutenção social. Este fenômeno, pelo seu caráter interdisciplinar e multicausal, exige um escopo teórico sistêmico que promova um entendimento dos contextos nos quais a criança vítima de violência interage e os fatores de risco e proteção que estão envolvidos nesta causuística.

Retomando os questionamentos iniciais: Quantos casos de violência sexual infantil foram encaminhados no período de 2010 a junho de 2016? Qual o perfil das vítimas de violência sexual infantil atendidas pela psicologia jurídica? Quais os fatores de risco e proteção são encontrados nos sistemas ecológicos analisados? Estes serão respondidos a seguir.

Quanto ao perfil das crianças encaminhadas ao setor de psicologia jurídica do SEP, a maior prevalência foi de 67% das vítimas do sexo feminino, com aproximadamente 10 anos de idade. O tipo de violência identificada como a que mais acometeu às crianças encaminhadas, com 34% dos casos pesquisados foi a violência sexual. Observou-se que em 61% dos casos, o agressor foi predominantemente algum membro de sua família nuclear, caracterizando-se como violência intrafamiliar. Os encaminhamentos dos 34% de casos de violência sexual foram advindos 100% do Conselho Tutelar Norte.

Foi possível identificar fatores de risco presentes em todos os sistemas, nos quais a criança faz parte, tanto direta e quanto indiretamente, interferindo nos fatores de risco e proteção destas.

No eu ecológico (Pessoa) foi possível perceber atitudes que demonstraram indicativos da ocorrência de abuso e suas consequências, como: comportamento sexual inadequado para idade, agressividade, dificuldades de aprendizagem,

introversão e nervosismo. Segundo a literatura estudada, estes comportamentos podem estar relacionados ao evento estressor, no caso do abuso sexual.

Diversos fatores no microsistema família podem ser apontados enquanto fatores de risco relacionados ao evento estressor, como: a negligência e manutenção do segredo da família nuclear frente ao abuso, sobretudo por parte das mães, nos casos de abusos cometidos por padrastos e pais. Estes fatores associados causam na criança sentimentos ambíguos, pois aqueles que deveriam proteger e cuidar acabam causando dor, medo, insegurança, desamparo e desproteção.

Na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, ao analisar a prática da violência sexual intrafamiliar, há a possibilidade de analisar os laços estabelecidos nos microsistemas, que são diretas e/ou indiretamente ligados à criança, pois a violência sexual é uma prática comum e normalmente realizada por familiares ou pessoas próximas à vítima.

A revelação do abuso sexual apontou para modificações nas configurações familiares, uma vez que, a família ampliada teve que assumir os cuidados com a vítima, já que essa precisou ser afastada do convívio com a família nuclear, para se afastar do agressor. Isto causa na criança um sentimento de culpa pela segregação familiar.

Os conflitos familiares também são identificados como fatores de risco, estes problemas podem estar relacionados às díades, pois quando há uma assimetria nas relações de poder e não há um entendimento e aceitação desta disparidade é que ocorrem conflitos e violência física.

O exossistema representado pela criança/família encaminhada para o atendimento de psicologia jurídica está sendo influenciada pela rede de proteção à criança, acionada pela questão da violência sexual infantil e por tal têm que atender os encaminhamentos e orientações do conselho tutelar, juizado e outras instituições que estão cumprindo a normativa nacional do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Foi possível verificar no macrotempo a violência física como forma de educar e corrigir as crianças, isto identifica uma cultura de punição na maneira de educar as crianças, além de demonstrar a violência de gênero, uma vez que a

maioria dos abusos ocorreu contra o sexo feminino, demonstrando ainda resquícios do patriarcado na sociedade atual. A literatura identificou que este tipo de alegação é constantemente justificada pela mediação da cultura e sociedade, construída ao longo da história de que esta é a melhor forma educar e corrigir os comportamentos dos filhos.

Nos documentos analisados, a família ampliada aparece como a principal figura protetiva da criança, denunciando o caso aos órgãos de proteção à criança. A família ampliada representa relacionamentos afetivos, com papéis significativos para a criança, podendo proporcionar que esta consiga minimizar os riscos do evento estressor.

A guarda da criança pela família ampliada simboliza maior segurança para a criança, uma vez que ocorre o afastamento do agressor junto ao fato de não necessitar ser abrigada e/ou ser adotada por uma família desconhecida. Assim, a vítima fica em contato com pessoas conhecidas, com quem já possui familiaridade, sentimentos e afeto pela segunda família, aos poucos pode adaptar-se a esta nova família e desenvolver nela segurança, apoio e proteção essenciais ao desenvolvimento.

Outro fator protetivo identificado foi o atendimento de avaliação psicológica realizado com as crianças no Setor de Psicologia Jurídica do SEP, os profissionais da área de psicologia podem auxiliar a vítima de violência sexual, possibilitando um suporte, orientando os pais e fortalecendo aspectos protetivos desta rede social e afetiva. Constituindo este tipo de atendimento, um importante papel de proteção e adaptação da criança, aumentando sua resiliência frente ao evento estressor ocorrido.

Os resultados deste estudo indicam uma presença maior de fatores de risco do que de fatores de proteção. Sobretudo verificou-se uma escassez de fatores de proteção no microssistema familiar nuclear. Assim, torna-se relevante que os serviços da rede de proteção possam atuar de forma articulada e fortalecer o apoio social às famílias das vítimas de violência sexual. A fragilidade do sistema familiar deve ser focada através de ações de vários serviços da rede de proteção, como do SEP e o Conselho Tutelar.

Os laudos emitidos ao Conselho Tutelar Norte apontaram para um nível intelectual dentro da normalidade, porém foram identificados problemas relacionados à afetividade e sociabilidade, possivelmente decorrentes de relações familiares conflituosas, falta de comunicação, apoio e segurança no microsistema família, comprometendo assim o enfrentamento do fenômeno da violência sexual.

Como aconselhamento e orientação aos pais e/ou responsáveis foi solicitado que as crianças continuassem em atendimento psicoterápico, para que estes problemas pudessem ser trabalhados em terapia, para que não provocassem futuramente desajustes no desenvolvimento, pontuando que esta desadaptação consequentemente ocorrerá, caso o atendimento não seja realizado.

Uma vez que 100% das crianças vítimas de violência sexual foram encaminhadas para atendimento, fez-se um levantamento das que fizeram este atendimento, consultando-se o programa Access do SEP, uma vez que foi evidenciado pelos laudos a importância deste acompanhamento. Apenas 28 % fizeram psicoterapia por um tempo de 1 a 3 meses. Dentre as que aceitaram o tratamento, 11% foram encaminhadas no ano de 2016 e ainda continuam em atendimento. As outras crianças que correspondem a 72% não continuaram o atendimento devido à recusa dos pais e/ou responsáveis em levá-las para o tratamento.

Quanto ao objetivo específico de verificar a possibilidade de aplicabilidade do modelo bioecológico no serviço escola de psicologia, percebeu-se que a abordagem bioecológica é perfeitamente aplicável ao contexto clínico, por ser uma teoria do desenvolvimento e pelo seu arcabouço teórico e prático. O modelo PPCT pode trabalhar com as crianças que sofreram abuso sexual a partir das interações em seus contextos. Isto possibilita uma visão ampla sobre o contexto em que problema ocorreu, mas sobretudo leva o psicólogo a perceber como este influencia nos outros contextos em uma compreensão sistêmica. Desta maneira pode-se pensar em futuras implantações deste modelo teórico no serviço escola de psicologia em questão, ampliando e aprimorando os atendimentos aos pacientes.

A relevância social e acadêmica da presente pesquisa ocorre na medida em que apresenta importantes reflexões sobre a influência dos sistemas ecológicos na violência infantil. A visão da inter-relação dos contextos dentro do modelo Bioecológico contribui para o conhecimento do fenômeno da violência infantil, procurando elucidar como as variáveis dos contextos em que a criança vive, e, dela própria, influenciam nos fatores de risco e proteção da violência.

Identificar os fatores de risco e proteção auxilia os profissionais que se ocupam dos cuidados de crianças em situação de vulnerabilidade, possibilitando estudos no campo teórico-prático, dentro do modelo Bioecológico, que possibilitem aprimorar as intervenções prestadas a essa população. No campo da academia, pode-se estimular e ampliar pesquisas sobre o tema, uma vez que, não se identificaram nas buscas pesquisas decorrentes de serviços escola de psicologia que tratem do fenômeno da violência, sobretudo da violência infantil.

O estudo documental se configurou como um fator limitante deste estudo, sobretudo, pelo fato de que os laudos e encaminhamentos, por se configurarem documentos de domínio público, não continha informações que possibilitassem uma análise mais aprofundada do tema. Desta maneira, sugere-se que futuramente seja desenvolvida uma pesquisa de campo, que possibilite informações mais completas, acerca da história de vida do paciente antes e depois do evento estressor, no caso a violência sexual infantil, podendo verificar os processos proximais envolvidos neste fenômeno.

ABRANCHES, Cecy Dunshee de. **A (in) visibilidade da violência psicológica familiar e a saúde mental de adolescentes usuários de um hospital público pediátrico terciário**. 2012. 144 f. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e da Mulher)-Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira *et al* . O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. **Psicologia ciência e profissão**. Brasília, v. 28, n. 3, p. 558-573, set. 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v28n3/v28n3a10.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2016.

ALBUQUERQUE, Beatriz Mello de. **Análise bioecológica de um serviço de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual**. 2010. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande do Sul, 2010.

ALVES, Paola Biasoli. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 369-373, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721997000200013>. Acesso em: 05 jul. 2016.

ALVES, Heliana Castro; EMMEL, Maria Luísa Guillaumon. Abordagem bioecológica e narrativas orais: Um estudo com crianças vitimizadas. **Paidéia**, v. 18, n. 39, p. 85-100, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n39/v18n39a09.pdf>>. Acesso em: 13 ago.2016.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia e estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, Dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>>. Acesso em: 13 de novembro de 2016.

ARAKAKI, Filomena Sumiko. **O trabalho do psicólogo no contexto jurídico: uma experiência**. Relatório Final de Estágio (Graduação em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Campo Grande - MS, 2007.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. **Pele de asno não é só história: um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família**. São Paulo: Roca, 1988.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira Azevedo. **Crianças vitimizadas: A síndrome do pequeno poder**. São Paulo, SP: IGLU, 1989.

AZEVEDO, Maria Amélia. **A violência doméstica contra crianças e adolescentes no município de São Paulo**. (Projeto de Pesquisa). São Paulo: 1990.

BARROS, Eliane. **A interface das ciências da psicologia e direito no setor social da 5ª vara do juizado especial civil e criminal comarca Campo Grande – MS**. (Monografia em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Campo Grande - MS, 2007.

BITTAR, Daniela Borges; NAKANO, Ana Márcia Spanó. Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e tóxico dependentes no contexto da família de origem. **Texto contexto - enfermagem**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 17-24, Mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v20n1/02.pdf>> . Acesso em: 27 jan. 2016.

BORGES, JeaneLessinger; ZINGLER, VeraniceTatiane. Fatores de risco e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual. **Psicologia e estudo**., Maringá, v. 18, n. 3, set, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v18n3/v18n3a06.pdf>> . Acesso em: 20 set. 2016.

BHERING, Eliana; SARKIS, Alessandra. Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner: implicações para as pesquisas na área da Educação Infantil. **Revista Horizontes**, Itatiba, v. 27, n. 2, p. 7-20, 2009. Disponível em: <<http://server1.docfoc.com/uploads/Z2016/01/13/pJ88k4OKk6/2871e6e09ea9c9a0fef09412fe60c301.pdf>> . Acesso em: 05 jul. 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Governo apresenta programas para combater violência contra crianças e adolescentes**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/centro-aberto-de-midia/noticias/governo-apresenta-programas-para-combater-violencia-contras-criancas-e-adolescentes>> . Acesso em: 05 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria especial de direitos humanos. **Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/janeiro/ApresentaoASCOMDisque100.pdf>> . Acesso em: 05 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria especial de direitos humanos. **Governo federal realiza Campanha Nacional Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Carnaval**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2016/fevereiro/governo-federal-lanca-campanha-nacional-enfrentamento-da-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-no-carnaval>> . Acesso em: 05 jul. 2016.

BRITO; Luana Paes. **A atuação do profissional de psicologia no sistema jurídico: uma experiência de estágio.** Relatório Final de Estágio (Graduação em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Campo Grande - MS, 2007.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Anotações sobre a Psicologia jurídica. **Psicologia ciência e profissão**. Brasília, v. 32, n. especial, p. 194-205, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca14.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2016.

BRONFENBRENNER, Urie. **A Ecologia do Desenvolvimento Humano:** Experimentos Naturais e Planejados. Porto Alegre: Artmed, 1996.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano:** Experimentos naturais e planejados. São Paulo: Artmed, 2002.

CECCONELLO, Alessandra Marques; DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia e estudo**, Maringá, v. 8, n. esp., p. 45-54, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa07>. Acesso em: 22 set. 2016.

CECCONELLO, Alessandra Marques; KOLLER, Sílvia Helena. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 515-524, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a10.pdf>. Acesso em: 22 set. 2016.

CINTRA, João Pedro Sholl; MATHIAS Renato. **Cenário da infância e adolescência no Brasil 2015.** Fundação ABRINQ, 2015. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/abrinq/cenario_brasil_abrinq_jun2015.pdf. Acesso em: 20 set. 2016.

COBALCHINI, Claudia Cibeles Bitdinger. **Caderno de Orientações aos Serviços-Escola de Psicologia do Estado do Paraná.** Curitiba – PR Conselho Regional de Psicologia do Paraná, 2015. Disponível em: http://www.portal.crprr.org.br/uploads/ckfinder/files/A5_Cardeno_escola_final.pdf. Acesso em: 22 set. 2016.

COELHO; Luciana Barbosa; MURAKI, Silvia Mara Pagliuzo; GRUBITS, Sonia. A atuação do psicólogo perito na visão dos operadores do direito. In: GRUBITS, Sônia; SCISLESKI, Andrea (Org.). **Temas em práticas jurídicas e direitos humanos na Psicologia.** Campo Grande, MS: UCDB, 2016. p. 369-394

COLLODEL-BENETTI, Idonézia *et al.* Fundamentos da teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner. **Pensando Psicologia**, v. 9, n. 16, p. 89-99, 2013. Disponível em: <http://revistas.ucc.edu.co/index.php/pe/article/view/620/585>. Acesso em: 05 jul. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 007/2003**. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Brasília, DF: CFP, 2003. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf>. Acesso em: 15 set. de 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 013/2007**. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro, e revoga a Resolução CFP nº 014/2000. Brasília, DF: CFP, 2007. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

CRUZ, Roberto Moraes; MACIEL, Saidy Karolin; RAMIREZ, Dario Cunha (Orgs.). **O trabalho do psicólogo no campo jurídico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DAY, Vivian Peres *et al.* Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de psiquiatria**. Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, p. 9-21, Abr, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a03v25s1.pdf>>. Acesso em: 10 de setembro de 2016.

DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 5, n. 2, p. 347-381, Dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2016.

DE ANTONI, Clarissa; BARONE, Luciana Rodriguez; KOLLER, Sílvia Helena. Indicadores de risco e de proteção em famílias fisicamente abusivas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 125-132, jun, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n2/a02v23n2.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. **Temas de psicologia**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 17-30, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a03.pdf>>. Acesso em: 05 jul. de 2016.

DE ANTONI, Clarissa, BATISTA, Fernanda Altermann. Violência familiar: Análise de fatores de risco e proteção. **Diaphora - Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 2, Set-Dez, 26-35, 2014. Disponível em: <<http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/62/62>>. Acesso em: 20 out. 2016.

FONTES, Rita de Cássia da Costa; BRANDÃO, Maria Regina Ferreira. A resiliência no âmbito esportivo: uma perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano. **Motriz: revista de educação física**, Rio Claro, v. 19, n. 1, p. 151-159, Mar. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/motriz/v19n1/a15v19n1.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FLUXO DE ROTINA. **Serviço Escola De Psicologia**. Campo Grande, MS. UCDB, 2013.

Fundação abrinq. **18 de maio: O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**, 2015. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/noticias/113:18-de-maio-o-dia-nacional-de-combate-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 20/12/2016.

FRANÇA, Fátima. Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicologia teoria e prática**. São Paulo, v 06, n 01, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v6n1/v6n1a06.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2016.

FRANCO, Abigail Aparecida de Paiva; MELÃO, Magda Jorge Ribeiro. **Diálogos Interdisciplinares**: a Psicologia e o Serviço Social nas Práticas Jurídicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

FRONER, Janaina Petry; RAMIRES, Vera Regina Röhne. Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: uma revisão crítica da literatura. **Paidéia**, São Leopoldo, v. 18, n. 40, p. 267-278, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v18n40/05.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FACURI, Cláudia de Oliveira *et al*. Violência sexual: estudo descritivo sobre as vítimas e o atendimento em um serviço universitário de referência no Estado de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 889-898, Maio de 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n5/08.pdf>>.

GADONI-COSTA, Lila Maria; ZUCATTI, Ana Paula Noronha; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. **Estud. psicol.**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 219-227, Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n2/09.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

GRUBITS, Sônia *et al*. Um estudo exploratório sobre as possibilidades de atuação do psicólogo na área jurídica de uma universidade. In: GRUBITS, Sônia; SCISLESKI, Andrea (Org.). **Temas em práticas jurídicas e direitos humanos na Psicologia**. Campo Grande, MS: UCDB, 2016. p. 369-394

HABIGZANG, Luísa Fernanda *et al*. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia**:

Reflexão e Crítica, v. 19, n. 3, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n3/a06v19n3.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

HABIGZANG, Luísa Fernanda *et al.* Grupoterapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, supl. 1, p. 70-78, Aug. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43s1/759.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva; KOLLER, Sílvia Helena. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n. 4, p. 467-473, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/10.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

HERNANDES, Gilmar. Clínica-Escola e Nuprajur oferecem mais de cinco mil atendimentos gratuitos em Saúde e Direito. **UCDB**, Campo Grande, 15 dez. 2015. Disponível em: <http://site.ucdb.br/noticias/ucdb/6/clinica-escola-e-nuprajur-da-ucdb-oferecem-mais-de-cinco-mil-atendimentos-gratuitos-em-saude-e-direito/54279/> . Acesso em: 20 jul. 2016.

IPPOLITO, Rita. (Coord. técnica). **Guia Escolar**: método para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília: Presidência da República, Secretaria do Especial dos Direitos Humanos, 2011.

Koller, Silvia Helena; De Antoni, Clarissa. Violência familiar: uma visão ecológica. In S. H. Koller. **Ecologia do desenvolvimento humano**: pesquisa e intervenção no Brasil (pp.293-310). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LABRONICI, Liliana Maria *et al.* O modelo bioecológico: desvendando contribuições para a práxis da enfermagem diante da violência doméstica. **Escola Anna Nery**, v. 17, n. 1, p. 173 – 178, jan-mar, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Veronica_Mazza2/publication/262468754_Bioecological_model_unveiling_contributions_to_the_nursing_practice_within_domestic_violence/links/546f6bf70cf24af340c08b6e.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2016.

LAGO, Vivian de Medeiros *et al.* Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 26, n. 4, p. 483-491, Dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v26n4/09.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

LEÃO, Marluce Auxiliadora Borges Glaus; SOUZA, Zilda Regina de; CASTRO, Maria Aparecida Campos Diniz de. Desenvolvimento humano e teoria bioecológica: ensaio sobre "O contador de histórias". **Psicologia Escola e Educação**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 341-348, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n2/2175-3539-pee-19-02-00341.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

LORDELLO, Silvia Renata; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes. Contribuições conceituais e metodológicas do modelo bioecológico para a compreensão do abuso sexual intrafamiliar. **Psicologia**, v. 43, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11703/8049>>. Acesso em: 12 jul. 2016

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselhos Tutelares e programas de atendimento em município do Sul do Brasil, 2002 e 2006. **Epidemiologia e Serviço de Saúde**. Brasília, v. 18, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v18n4/v18n4a02.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 4 n. 1, 63-77, 2004. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v4n1/artigos/Artigo%205.pdf>>. Acesso em: 10 ago.m 2016.

MEDEIROS, Gabriela Luvielmo. **Processos envolvidos na reprodução e interrupção do ciclo de violência intrafamiliar**: um estudo na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano. 2011. 104f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande do Sul, 2011.

MELO, Zélia Maria.; SILVA, Diogivânia Maria; CALDAS, Marcus Túlio. Violência intrafamiliar: crimes contra a mulher na área metropolitana do Recife. **Psicologia em estudo**, v. 14, n. 1, p. 111-119, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v14n1/a14v14n1.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2016.

MENDONÇA, Carolina. **Contribuições da Psicologia Jurídica no Poder Judiciário na Fase Processual sobre a Perspectiva da Perícia Psicológica**. (Monografia em Psicologia). Universidade Católica Dom Bosco. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Campo Grande - MS, 2011.

MINAYO, Maria Cecília. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10 (supl. 1), n. p. 7-18, 1994.

MINAYO, Maria Cecília. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal a saúde. In: NJAINE, Kathie (org). **Impactos da Violência na Saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; CAPURCHANDE, Rehana Dalto. A violência faz mal à saúde e à qualidade de vida: conceitos, teorias e tipologias de violência. In: ASSIS, S.G de. **Impactos da Violência: Moçambique e Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_faz_mal.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

MORAES, F. C. G. **A Importância da Escuta da Criança pelo Psicólogo, no Processo de Separação Litigiosa**. (Monografia em Psicologia). - Universidade Católica Dom Bosco. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Campo Grande - MS, 2009.

MPPR - Ministério Público do Estado do Paraná. **Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Publicações. Curitiba, PR, 2011. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>>. Acesso em: 25 set. 2016.

NARVAZ, Marta Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Aspectos Históricos: A origem da teoria. In: KOLLER, Sílvia Helena. **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ONU-BR. Nações Unidas no Brasil. **Brasil: UNICEF pede 'tolerância zero' à violência contra crianças e adolescentes**. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-unicef-pede-tolerancia-zero-a-violencia-contra-criancas-e-adolescentes/>> . Acesso em: 20 set. 2016.

PATIAS, Naiana Dapieve; BOSSI, Tatiele Jacques; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Repercussões da exposição à violência conjugal nas características emocionais dos filhos: revisão sistemática da literatura. **Temas em psicologia**. Ribeirão Preto, v. 22, n. 4, p. 901-915, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n4/v22n04_a17.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2015.

PEROTTI, Daiana C. Orlandi; SIQUEIRA, Ilma Lopes Soares de Meireles. A perícia psicológica e seu papel como prova nos processos judiciais. In: CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; FONTOURA, Telma; MIRANDA, Vera Regina. (Orgs), **Psicologia Jurídica: Temas de Aplicação II**. Curitiba, Paraná: Juruá, 2009, 210 p.

PFEIFFER Luci, SALVAGNI Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**. Rio Janeiro, v. 81, 5 Supl, p. 197-204, 2005.

POLETTTO, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 25, n. 3, p.405-416, julho-setembro, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n3/a09v25n3.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

PRATI, Laíssa Eschiletti *et al.* Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 1, p. 160-169, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n1/a20v21n1>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PSICOLOGIA (PPCP). **Coordenação de Curso de Psicologia**. Campo Grande, MS. UCDB, 2013.

RAMOS, Nathalya Fernanda B.; ZIELAK, Marivone de Lima; TAVARES, Marcelo Góes. A atuação e relevância do psicólogo jurídico nas varas de família do Fórum TJ/AL de Maceió/AL. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-FITS**, v. 4, n. 1, p. 167-184, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/2661>>. Acesso em: 11 set. 2016.

ROVINSKI, Sonia Liane Reichert; CRUZ, Roberto Moraes (Org.). **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processo de intervenção**. São Paulo: Vetor, 2013. 316 p.

RUSO, Glaucia *et al.* Quando a realidade cala: violência psicológica intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró-RN. **Temporalis**, v. 1, n. 27, p. 159-180, ago. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7136/5841>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, Rodrigo Soares; ANDRETTA, Michelli Miranda. Psicologia do testemunho, falsas Memórias e a reforma do Código de Processo Penal Brasileiro no depoimento de crianças e adolescentes. **Raízes Jurídicas**, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://ojs.up.com.br/index.php/raizesjuridicas/article/view/27>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 25, n. 4. Out-Dez, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a14v25n4>>. Acesso em: 07 out. 2016.

SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães; DESSEN, Maria Auxiliadora. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 101-108, Mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n1/13.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana. **Psicologia e práticas forenses**. Barueri, SP: Manole, 2012. 247 p.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da *et al.* Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: **Congresso Nacional de Educação**. 2009. p. 4554-4566. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3124_1712.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2016.

SILVA, EvaniZambon Marques da. Psicologia jurídica: um percurso nas varas de família do tribunal de justiça do estado de São Paulo. **Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v. 33, n. 4, p. 902-917, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n4/v33n4a10.pdf>> . Acesso em: 18 set. 2016.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; ARPINI, Dorian Mônica; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro. Família e abuso sexual na perspectiva de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Aletheia**, jan-abr, n. 34, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115022577009>>. Acesso em: 05 out. 2016.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 71-80, abr. 2006. <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a10v18n1.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

SZYMANZKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. Brasília: Liber Livro, 2007.

UNICEF-BRASIL. **Relatório do especialista independente para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra Crianças**. 2006. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/Estudo_PSP_Portugues.pdf>. Acesso em: 20 set. 2016.

UNICEF-BRASIL. **Campanha do UNICEF e Savethe Dream pede que as pessoas denunciem a violência contra crianças e adolescentes**. Notícias. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

UNICEF-BRASIL. **ECA 25 anos Estatuto da Criança e do Adolescente Avanços e Desafios para infância e adolescência no Brasil**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/ECA25anosUNICEF.pdf> . Acesso em: 20 set. 2016.

UNICEF. **Hidden in plain sight: A statistical analysis of violence against children**. E Social Sciences, 2014. Disponível em: <http://files.unicef.org/publications/files/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf> . Acesso em: 20/12/2016.

VILLAS BOAS, Ana Carolina Villares Barral. **Violência física contra a criança: fatores de risco e proteção e padrões de interação na família**. 2013, 214f.

Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde).
Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012**: Crianças e Adolescentes do Brasil. Secretaria Nacional de Juventude. Brasília DF, 2012. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 20 de setembro de 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; 2015. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2016.

WENDT Naiane Carvalho. **Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento da criança durante a transição para a parentalidade**. Florianópolis, 2006. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88679/227416.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 set.2016.

YUNES, Maria Angela Mattar; JULIANO, Maria Cristina. A bioecologia do desenvolvimento humano e suas interfaces com educação ambiental. **Cadernos de Educação**, n. 37, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1591>>. Acesso em 05 jul. 2016.

APÊNDICE I – SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM PRONTUÁRIO CLÍNICO

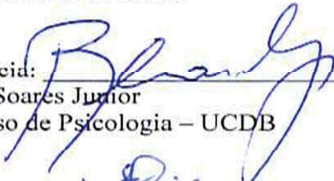
Eu, **Lusineide Ferreira Martins**, responsável principal pelo projeto de Dissertação de Mestrado em Psicologia, o qual pertence ao curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, venho pelo presente, solicitar autorização da Universidade Católica Dom Bosco e do setor de Serviço Escola de Psicologia, para realização da coleta de dados através de prontuário clínico de pacientes, especificamente dos documentos: Encaminhamentos de instituições jurídicas e laudos elaborados pelo Serviço de Psicologia Jurídica, além de monografias e relatórios provenientes do estágio em psicologia jurídica. Estes pacientes foram submetidos a Avaliação Psicológica, no período de 2010 a junho de 2016, esta solicitação é para realização do trabalho de pesquisa sob o título: **A Bioecologia da violência infantil em um serviço escola de psicologia**, com o objetivo de analisar os fatores de risco e de proteção das crianças vítimas de violência atendidas no Serviço de Psicologia Jurídica, de um Serviço Escola de Psicologia. Na sociedade em que vivemos, a violência é um fator constante, seja dentro das configurações familiares, nas instituições escolares ou quaisquer outros ambientes, por tal, têm despertado preocupação da população em geral, dos governantes e comunidade científica, assim, consiste em um fenômeno que cada vez mais tem sido alvo de estudos por pesquisadores de diversas áreas, tendo em vista a dimensão e multicausalidade do fenômeno da violência. Esta pesquisa está sendo orientada pela Professora Dr^a Sônia Grubits.

Contando com a autorização desta instituição, nos colocamos à disposição para qualquer esclarecimento nos contatos eletrônicos: sgrubits@uol.com.br e lusineide@ucdb.br.

Campo Grande, 01 Julho de 2016.


 Dra. Sônia Grubits
 RG 001433566 SSP/MS
 Universidade Católica Dom Bosco


 Lusineide Ferreira Martins
 RG 703370 SSP/MS

Autorização/Ciência: 
 Renan da Cunha Soares Junior
 Coordenador Curso de Psicologia – UCDB

Autorização/Ciência: 
 Eva Lucia Januária
 Coordenadora Administrativa Complexo Clínicas - UCDB